

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**O PAPEL DO DISCURSO SIONISTA NO ESTABELECIMENTO DO ESTADO DE
ISRAEL NA REGIÃO DA PALESTINA**

Mariana Carvalho Garcia

Orientado por Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes

Uberlândia, 2024

O PAPEL DO DISCURSO SIONISTA NO ESTABELECIMENTO DO ESTADO DE ISRAEL NA REGIÃO DA PALESTINA

Mariana Carvalho Garcia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Segurança Internacional

Professor Doutor Aureo de Toledo Gomes

Uberlândia, 2024

MARIANA CARVALHO GARCIA

**O PAPEL DO DISCURSO SIONISTA NO ESTABELECIMENTO DO ESTADO DE
ISRAEL NA REGIÃO DA PALESTINA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Instituto de Economia e Relações
Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia como parte dos requisitos necessários
à obtenção do título de Bacharel em Relações
Internacionais

Uberlândia, 08 de Novembro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes

Prof. Mst. Helena Miranda Cherem

Prof. Dr. Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhamá

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus irmãos; que ao concluir esse sonho, eu alcance os meios para ajudá-los a realizarem os seus sonhos também. Aos meus pais, que dedicaram muito amor e suor para que eu pudesse conquistar o mundo sem esquecer o caminho de casa. E à Malu, o maior amor desse mundo.

AGRADECIMENTOS

O curso de Relações Internacionais foi a realização de um sonho, mas ele não seria possível se minha mãe, Flávia, e meu pai, Jorge, não tivessem acreditado em mim e não tivessem dado todo seu suor, amor e lágrimas (de despedidas e reencontros) para que eu pudesse estar aqui. Vocês são meu exemplo de trabalho duro, de persistência, de força, de amor, de compreensão, de afeto e de coragem. Sem vocês ao meu lado, torcendo e rezando por mim, nada que eu trilhei nesses 8 semestres teria sido possível. Obrigada por serem a luz guia da minha vida. Aos meus irmãos, obrigada pela nossa amizade, por vibrarem as minhas vitórias como se fossem suas e por serem meus companheiros de vida. Realizo esse sonho para que vocês possam sempre ter a certeza que podem sonhar muito alto. Nada nessa vida vai ser impossível se tivermos uns aos outros.

Agradeço o apoio das famílias Carvalho e Garcia, em especial, da minha vó Irene.

À família que me encontrou na caminhada acadêmica, obrigada por serem lar quando a saudade de casa me pareceu insuportável. Isa, Marcella, Malena, Maria Ester, Nath, Berto, Bianca, Vini, Lara e Rafa, meus dias de UFU foram muito mais fáceis e especiais com vocês. Obrigada por dividirem risadas, almoços, surtos, seminários, artigos, festas, lágrimas, fichamentos, noites e dias comigo. Realizei muitos sonhos, aprendi muitas coisas e, principalmente, cresci muito ao lado de vocês. Que a amizade que construímos seja a ponte para continuarmos torcendo pelo sucesso um do outro. À Andressa, obrigada por ficar.

Ao meu bem, João Pedro, que sorte a UFU ter nos juntado. Em você encontrei a estabilidade, a segurança, o apoio, o afeto, a compreensão e a companhia que tanto nos falta quando saímos de casa para tão longe. Obrigada, meu bem, por me ouvir chorar, me abraçar e me mostrar que ainda temos muito nessa vida para conquistarmos juntos. Cada página desse trabalho tem um pouco do ninho, do alicerce e do amor que nós nos dedicamos. Aproveito para agradecer à sua mãe, Vlândia, que por alguns momentos fez questão de se tornar minha mãe também e ser suporte em dias difíceis.

Gratidão ao meu orientador Aureo que me instruiu pacientemente e que me manteve motivada na escrita deste trabalho.

Trilhar a Universidade Federal foi um privilégio. Eu fui muito feliz aqui e tudo o que eu vivi foi muito mais especial por ter o amor de vocês em cada passo do caminho. Quem eu sou hoje tem um pedacinho de cada um. Graças a Deus realizo esse sonho tendo a certeza de que fiz o meu melhor, encontrei as melhores pessoas que eu poderia encontrar e de que essa foi a etapa mais especial da minha vida até aqui. E como diz painho, estou só começando.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O Acordo Sykes-Picot

Figura 2: O Plano de Divisão da AGNU

Figura 3: Linhas de armistício de 1949 em comparação ao plano de partilha da ONU de 1947

Figura 4: Concepção Tridimensional do Discurso

Figura 5: Imigração Judaica para a Palestina 1920-1946

Figura 6: Palestinos Expulsos em 1948

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Modos de Operação da Ideologia

Quadro 2: Frequência de Palavras

Quadro 3: Frequência de Palavras Associadas

Quadro 4: Códigos de Análise

Quadro 5: Frequência de Modos de Operação da Ideologia/Códigos

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ADC	Análise de Discurso Crítica
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
FDI	Forças de Defesa de Israel
FNJ	Fundo Nacional Judaico
ONU	Organização das Nações Unidas
WZO	Organização Sionista Mundial (<i>World Zionist Organization</i>)

RESUMO

Como o discurso sionista contribuiu para a formação e legitimação do Estado de Israel? Em 29 de novembro de 1947, a ONU declarou a “Resolução 181”, que dividiu a região da Palestina entre os judeus e os nacionais, favorecendo majoritariamente os interesses sionistas, o que resultou na recusa palestina da resolução. Nesse mesmo ano, mais de 700 mil palestinos fugiram do seu território por causa da expulsão forçada direta e indiretamente pelas forças sionistas e pelo medo da guerra de 1948-49. O sionismo se tornou um movimento político em 1887 quando o objetivo de estabelecer o Estado Judeu no lar histórico foi definido, e é através dessa premissa que todos os grandes estudos acerca do conflito árabe-israelense destacam a participação do discurso e, principalmente, da ideologia na constituição de Israel e das suas políticas. Desse modo, essa pesquisa visa investigar e detalhar de que forma a ideologia sionista como prática discursiva fundamentou as bases do Estado de Israel. Para tanto, a pesquisa adota um método de abordagem dialético e se apoia no método de Análise do Discurso Crítica de Norman Fairclough. A hipótese central deste trabalho é que o conflito árabe-israelense possui uma raiz causal na construção de narrativas e, dentre elas, a ideologia sionista constitui um pilar estruturante da legitimação do estabelecimento do Estado de Israel na Palestina habitada através da prática discursiva, por isso é fundamental compreender as bases constituintes desse discurso.

Palavras-chave: Palestina; Israel; Sionismo; Análise do Discurso Crítica; Ideologia.

ABSTRACT

How did Zionist discourse contribute to the formation and legitimization of the State of Israel? On November 29, 1947, the UN issued “Resolution 181,” which divided the region of Palestine between Jews and nationals, favoring mostly Zionist interests, which resulted in the Palestinians rejecting the resolution. That same year, more than 700,000 Palestinians fled their territory due to direct and indirect forced expulsion by Zionist forces and fear of the 1948-1949 war. Zionism became a political movement in 1887 when the goal of establishing the Jewish State in the historic homeland was defined, and it is through this premise that all major studies on the Arab-Israeli conflict highlight the participation of discourse and, mainly, ideology in the constitution of Israel and its policies. Thus, this research aims to investigate and detail how Zionist ideology as a discursive practice underpinned the foundations of the State of Israel. To this end, the research adopts a dialectical approach and is based on Norman Fairclough's Critical Discourse Analysis method. The central hypothesis of this work is that the Arab-Israeli conflict has a causal root in the construction of narratives and among them the Zionist ideology constitutes a structuring pillar of the legitimization of the establishment of the State of Israel in inhabited Palestine through discursive practice, so it is essential to understand the constituent bases of this discourse.

Keywords: Palestine; Israel; Zionism; Critical Discourse Analysis; Ideology.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. A HISTÓRIA DA PALESTINA	17
2.1. A Ocupação Sionista	27
3. DISCURSO, IDEOLOGIA E SIONISMO	33
3.1. Teoria Social do Discurso	33
3.2. Ideologia	35
3.3. Sionismo	38
4. ANÁLISE DO DISCURSO SIONISTA	44
4.1. Análise textual	44
4.2. Análise discursiva	55
4.3. Prática social	62
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
6. REFERÊNCIAS	80

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho é uma pesquisa revisionista, que busca esclarecer as raízes do conflito entre Israel e Palestina, mapeando, em especial, o papel da ideologia sionista no estabelecimento do Estado de Israel na região. Acerca disso, cabe destacar aqui uma citação do professor, crítico literário e ativista palestino, Edward Said, sobre o que uma produção crítica sobre o sionismo significa, tanto para ele quanto para a autora desse artigo:

Escrever criticamente sobre o sionismo na Palestina nunca significou, e não significa agora, ser antissemita; ao contrário, a luta pelos direitos palestinos e pela autodeterminação não significa apoiar a família real saudita ou as estruturas de Estado antiquadas e opressivas da maioria das nações árabes (Said, 2012, p.87).

A região da Palestina se encontra em disputa há décadas. O conflito envolve tensões que remontam ao Império Romano, mas se tornou uma guerra violenta a partir de 1948, quando David Ben-Gurion declarou o nascimento do Estado de Israel. Isso deu início a uma guerra de três dias que provocou a maior expulsão já vista de palestinos da sua terra e ficou marcada no mundo árabe como *Al-Nakba* (a catástrofe). Até hoje, a região é disputada entre os povos judeus e palestinos, em que ambos consideram Jerusalém como a terra santa e reivindicam o direito a se estabelecerem ali (Santos, 2023).

A Palestina possui esse nome desde antes do século 1, conhecida como Filisteia, e todos os habitantes eram considerados palestinos (tradução posterior para Filisteus), mas, no final do século XIX, com o surgimento do sionismo, a região passou também a ser designada como o “Reino de Israel” por judeus sionistas. Antes disso, por mais de dois mil anos, os judeus estiveram expulsos da região do Oriente Médio e se espalharam pelo mundo (Huberman, 2014). Entretanto, essa população continuava sendo hostilizada, pois não eram assimilados pela sociedade ocidental. Como resposta a tal perseguição, o movimento sionista surgiu, defendendo que a melhor maneira de garantir a própria segurança seria a criação de um Estado judeu. Dessa forma, utilizando-se de uma interpretação bíblica e tendo Israel como a terra prometida por direito divino, a região da Palestina foi escolhida para o estabelecimento do Estado judeu, entre outras regiões como Uganda e Argentina como cita Theodor Herzl em sua obra *Judenstaat* de 1886. Assim, a ideologia sionista se apoia em um nacionalismo que teria “raízes históricas” e passados bíblicos, o que uniria esse povo separado pela diáspora de milênios antes (Huberman, 2014). Assim:

(...) observa o historiador israelense Shlaim em *A Muralha de Ferro* (2000, p. 41), o sionismo propunha como solução para a questão judaica a autodeterminação para os judeus em um estado próprio no qual iriam constituir uma maioria absoluta e,

finalmente, seriam independentes e soberanos politicamente no marco do primordialismo das ideologias nacionalistas europeias (Huberman, 2014, p. 48).

A região da Palestina se tornou predominantemente habitada por árabes no fim do século VII e, mesmo durante a dominação do Império Otomano, não se tornou menos islâmica ou árabe. No século XVIII, menos de 10% da população local era de judeus (Said, 2012). Apesar disso, quando o sionismo ganhou força política, o fato da Palestina já ser habitada foi ignorado e, aos poucos, sendo silenciado como demonstra o slogan sionista criado por Israel Zangwill durante os primeiros anos do movimento. A frase “uma terra sem povo para um povo sem terra” foi utilizada por Theodor Herzl, Chaim Weizmann e David Ben-Gurion durante os anos de avanço e estabelecimento do sionismo. Esses fundadores do movimento sionista sabiam que existiam pessoas na região da Palestina, mas elas não tinham relevância para o seu projeto de ocupação (Masalha, 1992). Por exemplo, quando Arthur Ruppin, chefe do departamento de colonização da *Jewish Agency*, perguntou a Weizmann sobre os árabes palestinos da região, recebeu como resposta que eram “algumas centenas de *negroes* [*Kushim*] e que, portanto, não tinham valor” (Masalha, 1992, p.6. Tradução nossa). Ou seja, ainda que soubessem que a região era ocupada, o apagamento da sua presença, bem como a desumanização dos nativos era de fundamental importância para que o projeto colonial se concretizasse. Em suma:

Ahad Ha'am, que buscou chamar atenção para o fato de que a Palestina não era um território desocupado e que a presença de outras pessoas no território poderia gerar problemas, observou que os sionistas “pioneiros” acreditavam que “a linguagem que os árabes entendiam era a da força... [eles] se comportam em relação aos árabes com hostilidade e crueldade, ultrapassam injustamente seus limites, os agridem vergonhosamente sem razão e se gabam sobre isso, e ninguém se opõe a essa tendência desprezível e perigosa”. Ele chegou à raiz da questão quando se arriscou a dizer que a atitude agressiva colonial em torno dos nativos parte da raiva “daqueles que os lembram que ainda tem outras pessoas no território de Israel que estão vivendo lá e que não pretendem ir embora” (Masalha, 1992, p. 7. Tradução nossa).

A constituição do Estado de Israel foi o resultado de uma organização ideológica que começou em 1896 com a popularização dos diários de Theodore Herzl entre judeus perseguidos na Rússia czarista (Gorny, 1987). Em 1897, foi organizado o Primeiro Congresso Sionista, que pavimentou o caminho para a declaração do Estado de Israel em 1948. Nur Masalha (1992) vai dizer que o movimento sionista se transformou em um movimento político em 1887, quando o objetivo de estabelecer o Estado Judeu de direito bíblico no lar histórico foi construído. Esse propósito ignorava que as terras da Palestina já estavam ocupadas (Masalha, 1992). O projeto colonial é evidenciado no Segundo Congresso Sionista de 1908, quando se cria o Crédito Colonial Judaico, que dará as bases para o Fundo Nacional

Judeu (FNJ) de 1902, um crédito que poderia ser utilizado, por judeus, exclusivamente para a aquisição de terras na Palestina e na Síria (Said, 2012). Assim:

(...) o objetivo dos sionistas era adquirir terras para fixar colonizadores; por isso, em 1920, após a fundação da Companhia de Desenvolvimento das Terras Palestinas como órgão do FNJ [Fundo Nacional Judeu], foi criado um Fundo para a Fundação Palestina com o intuito de organizar a imigração e a colonização (Said, 2012, p. 117).

Com a virada do século XIX para o XX, a ideologia sionista foi sendo disseminada, criando vertentes e evoluindo. Esse momento foi fundamental para estabelecer o consenso entre o sionismo político, o sionismo trabalhista e o sionismo cultural. Para o primeiro, a questão central era a necessidade de um Estado próprio judeu; para a vertente trabalhista o problema era também a estrutura de classes judaica que foi desequilibrada pela diáspora; e para o sionismo cultural, era preciso uma região de maioria judaica para o renascimento espiritual da civilização no mundo moderno (Huberman, 2014). Assim, alcançou-se o mesmo objetivo conjunto: criar um Estado com maioria judaica na Palestina histórica.

Diante disso, é fundamental compreender que as práticas contemporâneas de Israel, de promoção de assentamentos sionistas, de expulsão da população árabe da região, de imposição de bloqueios e controle de fornecimento de alimentos, água, energia bem como controle de mobilidade humana, são violências institucionalizadas para a dominação da região (Santos, 2023), e essas violências têm início no final do século XIX com a ascensão da ideologia sionista. Desde antes da criação do Estado de Israel, o discurso já era utilizado como mecanismo para atrair e unir pessoas em torno do consenso sobre a necessidade de um Estado de maioria judaica, ou seja, há mais de um século, a ideologia sionista vem se adaptando aos contextos em que está inserida e construindo narrativas sobre os árabes, sobre a população palestina e sobre a própria dominação na região. Compreender a gênese desse discurso e de que maneira ele fundou bases do Estado israelense, permite entender como se constitui a legitimação das políticas de dominação, expulsão, bloqueio, reassentamento e apartheid que são impostas aos palestinos que vivem na Faixa de Gaza e na Cisjordânia atualmente.

O sionismo, portanto, não se resume à necessidade de um Estado puramente judeu na Palestina, mas é também sobre práticas coloniais da subjugação do impostor da terra prometida que estão apoiadas em uma ideologia fundamental. Assim, a pergunta de pesquisa é: Como o discurso sionista contribuiu para a formação e legitimação do Estado de Israel?

A hipótese central desse trabalho é que a ideologia sionista é um pilar estruturante da constituição do Estado de Israel, pois compõe uma matriz discursiva mais complexa, abarcando dimensões de prática textual, discursiva e social que fundamentaram as bases desse

Estado por meio do discurso ideológico. A Teoria Social do Discurso de Norman Fairclough¹ afirma que os signos são utilizados para produzirem sujeitos e disseminarem ideias e que essas ideias podem ser instrumentalizadas politicamente. Partindo dessa premissa, pode-se entender que o conflito árabe-israelense possui uma raiz causal na construção de narrativas. Sob esse viés, a produção de consensos e verdades mediante o discurso permitiu a transformação do status *quo* e fundou, legitimou e reconheceu o Estado de Israel, apesar das suas contradições.

Para o desenvolvimento deste trabalho, essa pesquisa será dividida em três seções. A primeira refere-se a antecedentes históricos, que buscarão elucidar sobre a Palestina histórica, sobre o contexto social e político de surgimento do sionismo e, principalmente, compreender o avanço da ocupação sionista entre 1889 e 1948 sobre a região. A seção seguinte será dedicada à teoria que será utilizada para analisar o objeto de estudo. Logo, será feita uma exposição da Análise do Discurso Crítica sob a ótica de Norman Fairclough, além dos subtópicos que buscarão esclarecer dois conceitos caros para essa pesquisa, sendo eles: ideologia e sionismo. Por fim, a terceira seção será designada para a análise de discursos propriamente dita, de modo a identificar e debater as dimensões textuais, discursivas e sociais presentes neles e impressas na realidade prática do avanço sionista para a criação do Estado de Israel.

Esta é uma pesquisa aplicada, ou seja, o estudo aqui desenvolvido gera conhecimento para uma aplicação prática no estudo do conflito árabe-israelense, pois busca analisar, interpretar e compreender uma das raízes do problema: a ideologia sionista. Desse modo, para realizar a retomada histórica sobre a constituição da Palestina e o avanço da ocupação sionista, será feita revisão bibliográfica. Para isso, serão usados materiais dos autores Bruno Huberman (2014), Ilan Pappé (2006), Nur Masalha (1992), Edward W. Said (1992), Isabela Agostinelli dos Santos (2023), Yosef Gorny (1987) e fontes jornalísticas. No segundo momento, para definir o que é discurso e ideologia, também será realizada uma análise bibliográfica, concentrada nas definições do linguista Norman Fairclough (1995). A partir das definições de discurso e ideologia, será realizada a definição do sionismo, novamente a partir de uma revisão bibliográfica de obras de Bruno Huberman (2014), Edward W. Said (2012), Yosef Gorny (1987), Ilan Pappé (2006) e Nur Masalha (1992).

¹ Esta teoria será explicitada no capítulo 3

² A Guerra da Crimeia, de outubro de 1853 a março de 1856, é considerada a primeira guerra moderna, envolvendo uma aliança entre a Grã-Bretanha, França, Império Otomano e Sardenha em um conflito armado contra o Império Russo. Esse conflito foi resultado do choque de interesses geopolíticos entre as potências ocidentais e o Império Russo (Ter-Oganov, 2019).

³ Efetivamente o último sultão do Império Otomano. A princípio alinhou-se com os reformistas, mas depois

Ademais, essa pesquisa utilizará o método teórico da Análise do Discurso Crítica para analisar discursos e textos que fizeram parte da estruturação e disseminação da ideologia sionista. Essa abordagem visa entender como os textos influenciam as relações de poder assimétricas e as mudanças sociais. Ela defende que qualquer signo ideológico pode ajudar a criar, manter ou transformar essas relações. Tendo o discurso como um modo de ação historicamente situado e capaz de organizar as estruturas das sociedades, a Teoria Social do Discurso (Análise do Discurso Crítica) de Fairclough (1992) possui as bases necessárias para identificar o papel da ideologia sionista na produção do Estado de Israel.

Diante disso, as etapas de investigação incluirão: a análise textual, a prática discursiva e a prática social do discurso. Na análise textual, a proposta é analisar o vocabulário, a gramática, a coesão e estrutura textual, a fim de identificar a combinação de significados ideacionais, interpessoais e textuais que resultam nas escolhas sobre o significado de identidades sociais, relações sociais, conhecimento e crença. Na prática discursiva, busca-se entender os processos de produção, distribuição e consumo textual, ou seja, identificar o contexto de produção dos textos, a posição do autor, bem como o papel desses discursos na construção ideológica da identidade dos que o consumiram. Por fim, na prática social, o foco será concentrado na construção do sionismo como ideologia produtora dos sujeitos. Assim, a proposta é identificar como o discurso sionista passou a embutir as práticas discursivas ao ponto de se tornar naturalizado e alcançar um domínio particular que permitiu a produção do Estado de Israel no território palestino sem grandes oposições externas a sua dominação.

Para realizar essas três etapas serão utilizados os seguintes textos: *A Jewish State* - Theodore Herzl (1896), *Address by Max Nordau at the First Zionist Congress* (1897), Plano de construção do Muro de Ferro - Ze'ev Jabotinsky (1923), *Expulsion of the palestinians* - Nur Marsala p. 68-71 e p. 111-115 (1992), *Weizmann's Speech to the 20th Zionist Congress* (1938) e a Declaração do Estado de Israel por David Ben-Gurion (1948).

2. A HISTÓRIA DA PALESTINA

Este capítulo se debruçará sobre a contextualização da formação histórica da Palestina até 1948, no que tange as modificações que foram sendo impostas sobre o território conforme Impérios reclamavam seu domínio e o sionismo se transformava em movimento político. A seguir, o subcapítulo 2.1 focará em como a ocupação sionista foi planejada e executada durante os anos abordados aqui de modo a legitimar o *modus operandi* das lideranças e dos colonos na criação dos assentamentos e, posteriormente, na autoproclamação do Estado de Israel na região palestina.

No fim do século VII, a Palestina se tornou uma região de maioria árabe. Isso não significava que todos os nativos eram muçulmanos, na verdade, a maioria sunita convivia com cristãos drusos, muçulmanos xiitas e judeus (Huberman, 2014). Em 1516, a região se tornou parte do Império Otomano, o qual não transformou a região em menos árabe ou islâmica, mesmo adotando algumas estratégias administrativas, como: dividir a região em sub-províncias, adotar uma capital para cada área, recolher impostos, entre outros (Pappé, 2006). Nesse sentido, em meados do século XIX, cerca de meio milhão de pessoas habitavam a Palestina, sendo 60 mil cristãos, cerca de 20 mil judeus, 50 mil soldados otomanos, alguns 10 mil europeus e mais de 300 mil muçulmanos, e todos falavam árabe (Pappé, 2006).

Sob esse aspecto, cabe destacar, portanto, que ser palestino não é sinônimo – somente – de pessoa árabe, pois diversas etnias e religiões eram parte dessa sociedade. O centro administrativo da região consistia nas cidades de Nablus, Acre e Jerusalém, ainda que cerca de 400 mil habitantes se concentrassem nas áreas rurais, em pequenas aldeias que se mantinham conectadas com o centro. De acordo com Ilan Pappé “a verdade sobre a vida da elite nos centros urbanos em geral, é que a cultura dos cristãos e dos judeus era semelhante à dos muçulmanos: determinada não apenas pela filiação religiosa, mas pela localização geográfica e social” (Pappé, 2006, p.20, tradução nossa).

Após a Guerra da Criméia², em 1856, o interesse europeu se voltou para a Palestina, com o Congresso de Paris decidindo que investimentos seriam direcionados para as províncias do Oriente Médio que pertenciam ao Império Otomano. Essa atividade passou a impactar a estrutura social da Palestina e mudou até mesmo os modos de produção (Pappé, 2006). Apesar das mudanças não serem tão impactantes nas zonas rurais, nos centros urbanos a população passou a crescer vertiginosamente e as cidades iniciaram um processo de

² A Guerra da Crimeia, de outubro de 1853 a março de 1856, é considerada a primeira guerra moderna, envolvendo uma aliança entre a Grã-Bretanha, França, Império Otomano e Sardenha em um conflito armado contra o Império Russo. Esse conflito foi resultado do choque de interesses geopolíticos entre as potências ocidentais e o Império Russo (Ter-Oganov, 2019).

urbanização semelhante ao europeu. Assim, a partir de 1880, a economia palestina se tornou irreversivelmente dependente e conectada à economia mundial e a região se tornou um ponto de conexão entre as economias de todo o globo, proporcionando acesso aos mercados do Líbano, da Síria e do Egito (Pappé, 2006). As propriedades privadas passaram a crescer e a chegada de imigrantes aumentou. Esses migrantes variavam de origem, objetivo e crença, mas eram todos colonizadores, missionários cristãos ou colonos sionistas (Pappé, 2006).

A presença desses colonos sionistas se tornou cada vez mais constante, pois foi nas décadas finais do século XIX que o sionismo ganhou popularidade e espaço e escolheu a Palestina como o lugar em que deveriam construir uma nação, devido ao direito histórico e bíblico dos judeus àquela terra (Santos, 2023). De acordo com Masalha (1992), quando o sionismo ganhou força política e convocou todos os judeus para colonizar a Palestina, nada foi dito sobre o fato da região já ser habitada. Desse modo, nos primeiros 14 anos do século XX, muitos sionistas se mudaram para a Palestina para trabalhar em campos agrícolas ou trabalhos manuais, se estabelecendo nas periferias das cidades centrais. Sobre isso:

O Segundo Congresso Sionista, realizado em agosto de 1898 na Basileia, na Suíça, fundou o Crédito Colonial Judaico Ltda., do qual foi criada uma subsidiária em Jafa, em 1903, denominada Companhia Anglo-Palestina. Nascia assim uma agência cujo papel na transformação da Palestina foi crucial. A partir do Crédito Colonial, foi criado em 1901 o Fundo Nacional Judeu (FNJ), que tinha autorização para comprar terras e mantê-las sob sua guarda para "o povo judeu"; a proposta original dizia que o FNJ seria "um crédito para o povo judeu, que [...] [poderia] ser usado exclusivamente para a aquisição de terras na Palestina e na Síria". O FNJ sempre foi controlado pela Organização Mundial Sionista, e as primeiras aquisições de terra ocorreram em 1905 (Said, 2012, p. 116-117).

Em *A History of Modern Palestine* (2006), Ilan Pappé descreve como o Império Otomano buscou se modernizar e adotar algumas políticas para conseguir gerenciar as mudanças daquela sociedade, além de lidar com o aumento do interesse das potências do ocidente na região. Desde 1882, por exemplo, o governo otomano já estava implementando leis e políticas para conter os sionistas e proibir a imigração judaica. Nesse sentido, a primeira onda de colonos sionistas não gerou uma mudança significativa no cotidiano dos judeus ou palestinos na Palestina Otomana.

[...] os protestos palestinos contra o sionismo se tornaram mais visíveis depois de 1904 e foram muito bem orquestrados pelos poucos representantes da Palestina no parlamento turco, reaberto em 1908 após ser suspenso por Abdul Hamid. Esses representantes tentaram, às vezes com sucesso, aprovar uma legislação que coibisse o expansionismo judaico na Palestina. Os colonos continuaram a chegar, no entanto, e lançaram as bases para a comunidade sionista (Pappé, 2006, p. 51).

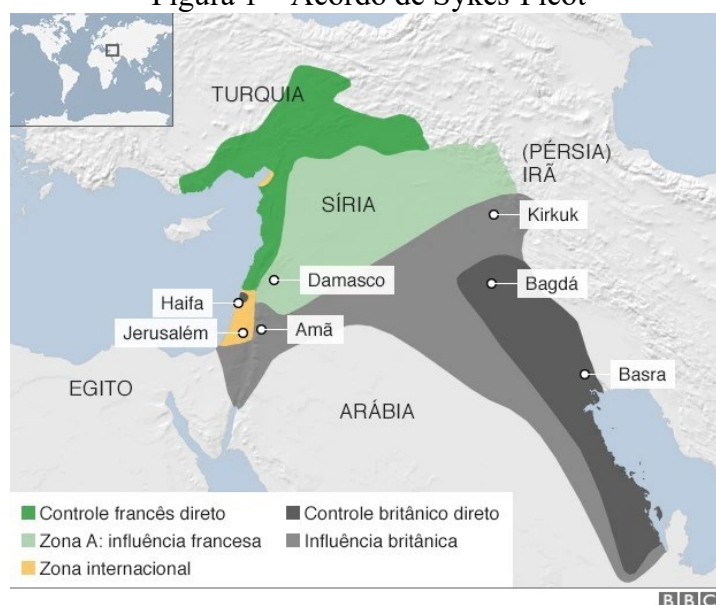
Os anos de tirania do governo de Abdul Hamid³, o fortalecimento do sionismo na Europa e a adoção do sistema político moderno, permeado pelo secularismo, turco desintegraram o domínio Otomano e permitiram com que as potências europeias pudessem se aproveitar da insatisfação da população palestina para garantir apoio contra o Império na Primeira Guerra Mundial. Sob esse aspecto, em 1914, após se juntar à Alemanha e à Áustria-Hungria, o Império Otomano transformou a Palestina em grandes campos militares, em que o acesso à comida se tornou limitado, a economia da região foi completamente afetada e os protestos da população foram duramente silenciados (Pappé, 2006).

Nesse período, a Palestina era uma região estratégica, uma *buffer zone*⁴ para proteger o Canal de Suez, e uma “hipérbole diplomática” (um tópico importante e complexo mobilizado politicamente, gerador de divergências) envolvendo as potências europeias e suas alianças (Pappé, 2006). Esses interesses europeus no Oriente Médio se aliaram aos interesses colonizadores dos sionistas, o que permitiu conduzir o sionismo de maneira eficiente para a região. Não obstante, quando a guerra se iniciou, líderes sionistas procuraram o governo britânico para convencê-los de que apoiar uma ocupação judaica na Palestina era de “interesse superior” da potência (Pappé, 2006). O apoio dos europeus aos sionistas ocorreu, em parte, porque os judeus sionistas eram considerados transmissores da missão civilizadora europeia ao atrasado Oriente (Huberman, 2015). Por conseguinte, em 1917, Lord Balfour declarou o compromisso britânico com o estabelecimento do lar judeu na Palestina, o que aumentou as perspectivas sionistas na região, já que estava evidente que a Palestina se tornaria parte do Império Britânico ao final do conflito (Masalha, 1992). Contudo, à medida que negociava com os sionistas, o governo britânico também estava negociando a independência árabe após o fim da guerra com lideranças palestinas, no que ficou conhecido como Correspondência Husayn-McMahon, bem como uma divisão do território em zonas de influência com a França, o chamado Acordo Sykes-Picot (Pappé, 2006).

³ Efetivamente o último sultão do Império Otomano. A princípio alinhou-se com os reformistas, mas depois voltou-se para o pan-islamismo e o pan-otomanismo (Pappé, 2006).

⁴ Uma *buffer zone* é uma área ou um país localizado entre potências rivais, servindo para reduzir o risco de conflitos diretos. Pode ser criado por acordos internacionais ou emergir de contextos geopolíticos, e é visto como uma forma de garantir a estabilidade regional e evitar guerras (REVISTA RELAÇÕES EXTERIORES, 2024).

Figura 1 – Acordo de Sykes-Picot



Fonte: BBC, 2016

Cada um desses documentos contradizia os outros dois acordos. De modo que, em dezembro de 1917, no entanto, as forças inglesas já estavam ocupando Jerusalém sem contar com nenhum soldado francês e, ao final da guerra, a região já pertencia totalmente ao Império Britânico. Assim:

A guerra finalmente terminou, e com ela as privações, as execuções e os assassinatos. A guerra atrasou, mas não encerrou os lentos processos de mudança que começaram na Palestina no século XIX, mas que foram mais significativos entre 1908 e 1918. Começou com a substituição do Império Otomano por um Estado secular na sequência da revolução, e com a transferência do centro da atividade sionista da Europa para a Palestina. Culminou na Primeira Guerra Mundial, na “Grande Guerra” e na ocupação britânica. Este último desenvolvimento resultou na política britânica de apoio ao movimento sionista, na qual a Grã-Bretanha partilhava a visão da Palestina como uma pátria judaica (Pappé, 2006, p. 64. Tradução nossa).

Em 1920, os ingleses substituíram o mandato militar por uma administração civil, enviando um Alto Comissário, até 1922 quando o mandato britânico se iniciou propriamente designado pela Liga das Nações. O objetivo era construir um mandato árabe-judaico, aos moldes ingleses aplicados no Egito e no Iraque, com um Alto Comissário no comando das autoridades legislativas e executivas da região e resolver o conflito entre os colonos sionistas e os nativos (Pappé, 2006). No período do mandato britânico, afirma Santos (2023), a migração de judeus para a região aumentou consideravelmente, influenciada pelas coletivas agrícolas (*moshav*) e pelas fazendas comunais (*kibutzim*). Os palestinos se mostraram contrários a esses movimentos, especialmente pelo tratamento desigual dado pela Grã-Bretanha que ignorava e subalternizava a população nativa em prol dos judeus imigrantes

(Santos, 2023). Segundo Masalha (1992), na década de 1920, já havia demonstrações contra a imigração judaica, o que mostrou para os britânicos que não seria simples resolver o “problema árabe”. Para driblar a resistência palestina, os sionistas fizeram o que estavam acostumados a fazer: negociar com britânicos e lideranças árabes fora da Palestina (Masalha, 1992). Por conseguinte:

(...) a política britânica tornou o sionismo seu beneficiário, demograficamente falando. O aumento natural numa população é normalmente de 1,5% ao ano, mas o número de judeus na Palestina entre 1922 e 1946 cresceu em média 9% ao ano, estimulado pela política britânica de forçar uma maioria judaica no país. Somente em 1927, esse aumento chegou a 28,7% e, em 1934, a 25,9%. (...) Longe de representar uma terra já habitada, para os primeiros colonos sionistas as multidões árabes eram um povo para ser ignorado (Said, 2012, p. 55).

Enquanto as lideranças sionistas intensificaram a mobilização da sua comunidade em torno da construção de um Estado judaico na Palestina mediante estratégias coloniais europeias, as lideranças palestinas continuavam em seus modelos semi-feudais de administração, precisando de mais tempo para compreender e lidar com as mudanças provocadas pelo colonialismo (Pappé, 2006). Diante disso, a colonização sionista, em 1920, adquiriu não somente a Companhia de Desenvolvimento de Terras Palestinas como órgão do FNI, como também um Fundo para a Fundação Palestina para organizar a imigração e a colonização, enquanto do lado Palestino as elites políticas ainda estavam brigando entre si (Said, 2012; Pappé, 2006). Segundo Pappé (2006), ao final da década, os britânicos entenderam que não seria possível construir um Estado Moderno na Palestina (aos moldes europeus), devido ao estado constante de conflito na região. A *Shaw Commission*⁵, de 1929, mostrou que os camponeses e nativos estavam muito insatisfeitos com a administração britânica, que possuía uma política pró-sionismo. Para conter a insatisfação da população, a Comissão recomendou que a imigração judaica e a compra de terras fosse limitada pelo mandato britânico (Pappé, 2006).

Todavia, nas décadas de 1930 e 1940, os planos de expulsão e transferência dos árabes ganharam mais expressão, deixando de acontecer por meio da compra de terras e sim pela força militar das milícias sionistas, como a *Haganah* (Clemesha, 2008). De 1930 a 1946, mais de 290 mil judeus migraram para a Palestina com apoio dos Estados Unidos e do Império Britânico (Haddad, 2020 apud Santos, 2023). A resistência palestina a esse movimento já se

⁵ O governo britânico criou, em 1930, a *Shaw Commission* para investigar o aumento da violência a níveis preocupantes na Palestina. A comissão constatou a deterioração das condições de vida dos camponeses e a frustração crescente dos palestinos em relação à política pró-sionista britânica. Assim, a comissão recomendou a exclusão da Declaração Balfour do Mandato e a limitação da imigração judaica e da compra de terras (Pappé, 2006).

manifestava há anos e culminou, em 1936, na primeira Revolta Árabe que consistiu em greves gerais e boicote a negócios judaicos e se transformou em uma revolta armada que foi violentamente reprimida pelos britânicos e sionistas. Um dos resultados de revolta foi a *Royal Peel Commission*, uma comissão britânica que sugeriu a partilha da Palestina em um Estado árabe, um Estado judeu e uma zona sob mandato britânico (Santos, 2023). De acordo com Masalha (1992), os sionistas dedicaram-se de forma incansável a moldar as propostas da Comissão, realizando reuniões não apenas com os próprios membros da Comissão, mas também com estadistas, ministros, parlamentares e altos funcionários do *Foreign and Colonial Office*, com quem os membros da Comissão provavelmente se consultariam antes de elaborar suas recomendações. Durante essas reuniões, a proposta de uma transferência populacional foi defendida junto com a divisão do país. Assim, a proposição de divisão da Palestina foi uma deliberação pró-sionista de um mandato que havia se comprometido com a libertação dos judeus e não judeus. Diante disso, a ideia foi negada pelos árabes e, tanto a revolta, quanto os meios de repressão se estenderam até 1939 (Santos, 2023). Sobre isso:

O fracasso do plano Peel, e uma versão revista do mesmo oferecida por mais uma comissão, a Comissão Woodhead, reforçaram a onda de protestos e de condenação da política britânica. A liderança palestina era lamentável naqueles dias, incapaz de fornecer consolo ou orientação à sua população. [...] os notáveis nacionalistas sentiram-se traídos pela Grã-Bretanha, que violava constantemente as suas promessas aos palestinos desde 1916. A comunidade sionista emergiu da revolta fortalecida e mais determinada do que antes. Mais do que qualquer outra coisa, os seus líderes ficaram hipnotizados pelo poder da força militar. (Pappé, 2006, p. 106-107. Tradução nossa).

Sob esse prisma, Santos (2023) afirma que o treinamento das forças paramilitares sionistas pelos britânicos durante a revolta árabe contribuiu para o fortalecimento e expansão da *Haganah*, que se tornaria as Forças de Defesa de Israel (FDI) com a criação do Estado israelense em 1948. Ademais, nas décadas de 1930 e 1940, a Palestina testemunhou um aumento da crença de que o problema demográfico árabe não seria solucionado por meio da diplomacia, mas sim pela força militar (Santos, 2023). Durante esse período, as lideranças sionistas organizaram diversos planos de ocupação como *The Soskin Plan of Compulsory Transfer (1937)*, *The Weitz Transfer Plan (December, 1937)*, *The Bonné Scheme (July 1938)* e *Edward Norman's Plan of Transfer to Iraq (1934-48)* (Masalha, 1992).

Esses planos foram elaborados à medida que os Congressos Sionistas anuais ganhavam volume, apoio e clareza quanto aos objetivos de tomada de terras, assentamento e máxima expansão territorial possível. Os sionistas sabiam que os árabes não cederiam qualquer espaço da sua terra para o Estado judeu e por isso, como afirmou Vladimir Jabotinsky, este deveria ser conquistado pela força (Huberman, 2014). Este era o objetivo

desses planos. Portanto, a imigração judaica continuou expressiva, tendo um aumento populacional de 17,8% para 29,5% entre 1931 e 1936 (Masalha, 1992).

No entanto, foi a partir de 1939, com a Segunda Guerra Mundial e a perseguição nazista aos judeus, que a imigração diminuiu seu ritmo e é nesse cenário que os *Yishuv* (colonos) passam a organizar um esquema de imigração ilegal, tomada de terras e a formação de grupos paramilitares (Pappé, 2006). Masalha (1992) conta que, apesar dos esquemas de transferência aparecerem repetidamente nas deliberações sionistas, seus líderes tinham muito cuidado em não falar sobre o tema publicamente por razões de custo político, já que era preciso sustentar o apoio britânico para que os planos de transferência pudessem ser implementados.

Outrossim, a Segunda Guerra Mundial afetou a Palestina de diversas formas e com diferentes intensidades, desde o progresso do exército alemão no Norte da África, o que aumentou os rumores de ocupação nazista, até o bombardeamento de cidades costeiras pela Itália e a aproximação entre líderes palestinos e as potências do Eixo (Pappé, 2006). Enquanto as lideranças palestinas estavam desorganizadas e enfrentavam uma espécie de vácuo de poder desde a desmobilização que ocorreu após a Revolta Árabe (1936-39), as lideranças sionistas se aproximaram ainda mais dos ingleses e fizeram da guerra uma oportunidade de dar experiência militar para os mais jovens (Pappé, 2006).

Após o fim da guerra e a revelação completa da tragédia judaica, os sionistas, em um memorando à Comissão Anglo-Americana e em discursos no Congresso Sionista de Basileia em 1946, passaram a argumentar que o direito judaico à Palestina tinha prioridade moral sobre o dos árabes, devido à situação histórica e atual dos judeus, ao caráter internacional do problema e à contribuição do sionismo para o desenvolvimento da região (Gorny, 1987). Ademais, diante do holocausto provocado pela Alemanha nazista e da radicalização do antissemitismo na Europa, a ideia da criação do Estado de Israel ganhou forças no âmbito internacional, como um dever de reparação que o ocidente passou a dever para a população judaica (Santos, 2023). Sob esse aspecto:

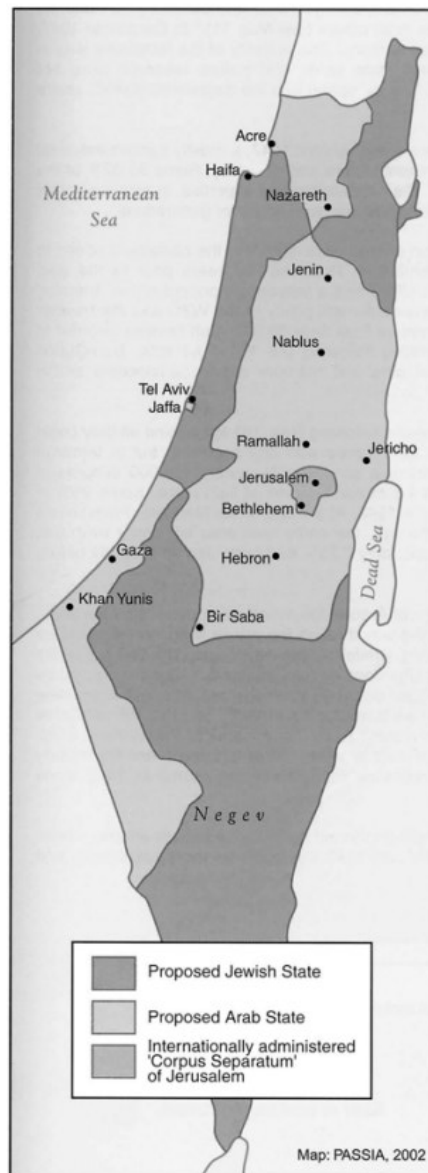
A atividade vigorosa do movimento sionista na arena americana foi lançada em maio de 1942 na Conferência de Biltmore, que expressou a exigência do estabelecimento de uma comunidade judaica soberana na Palestina após a guerra. Esta proclamação “lançou a campanha para conquistar a opinião pública dos EUA e ganhar o apoio do Congresso e os corações dos decisores políticos dos EUA”. Conduzida com grande habilidade sob a liderança de Abba Hillel Silver, a campanha conseguiu, no final do período, mudar a política oficial dos EUA em relação ao movimento sionista: a simpatia passiva foi transformada em apoio político ativo. A situação política internacional também foi um fator nesta mudança de atitude. Os interesses conflitantes dos Estados Unidos e da União Soviética não entraram em conflito no Oriente Médio no breve período entre 1945 e 1948; além disso, o mundo ocidental

sentia que tinha uma dívida moral com os judeus. Esta foi a oportunidade histórica que a liderança sionista esperava e explorou-a astutamente (Gorny, 1987, p. 277-278. Tradução nossa).

Nesse contexto, a pressão sionista e a crise econômica pós-guerra levaram os britânicos a submeterem a questão à recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU) e, em 29 de novembro de 1947, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) declarou a “Resolução 181”, conhecida como A Partilha da ONU, que dividiu a região entre os dois povos favorecendo majoritariamente as ambições sionistas e ignorando a composição étnica da Palestina e as demandas nacionalistas (Pappé, 2016, apud Santos, 2023). Os israelenses ficariam com 55% do território, incluindo terras mais férteis, enquanto os palestinos — possuindo o triplo da população — ocupariam apenas 45% da região. Cabe destacar, que mesmo com todo esforço prévio do Fundo Nacional Judeu para adquirir terras árabes, até 1947, os judeus tinham apenas 1.734 milhões de *dunams*, ou seja, somente 6,59% da área total da Palestina eram ocupadas por eles (Said, 2012). Assim, para os palestinos, a proposta da partilha era ilegal e ignorava o princípio de autodeterminação, enquanto os sionistas aceitaram a proposta, focando na possibilidade de criação de um Estado judeu com reconhecimento internacional no futuro (Santos, 2023). Isso porque, como dito anteriormente, Israel ambicionava conquistar a Palestina pela força militar.

Figura 2 – O Plano de Divisão da AGNU

A HISTORY OF MODERN PALESTINE



Map 3 The UNGA Partition Plan, 1947

Fonte: Pappé, 2006, p. 126

Poucas semanas após a declaração da ONU, diversos protestos violentos eclodiram na Palestina, o que escalonou para um conflito civil em pouco tempo. Os palestinos não estavam preparados para a guerra, suas lideranças eram desorganizadas e estavam desarmadas desde a Revolta Árabe, enquanto os *Yishuv* estavam bem armados e treinados pela Segunda Guerra (Masalha, 1992). Diante disso, em março de 1948, dois meses antes do fim do Mandato Britânico, os sionistas declararam que iriam tomar as terras palestinas e expulsar a população

nativa à força através da execução do Plano *Dalet*, mais uma das 13 operações militares já postas em prática (Pappé, 2006).

Nesse momento, as forças israelenses passaram a executar os planos de expulsão, terror e ocupação que resultaram em êxodo palestino de cerca de 750 mil pessoas, vilas exterminadas e apropriação de terras (Masalha, 1992). Sob esse aspecto, Chaim Weizmann, que se tornaria o primeiro presidente de Israel, chamou a evacuação árabe de “limpeza milagrosa da terra: a simplificação do trabalho de Israel” (Masalha, 1992, p. 175. Tradução nossa). Em abril de 1948, os países árabes formaram uma coalizão para defender a Palestina, o que não impediu que, em 14 de maio de 1948, os sionistas declarassem a sua independência e a criação do Estado de Israel, sendo reconhecidos imediatamente pelos Estados Unidos (Santos, 2023).

Assim, até março de 1949, a Guerra de Independência para Israel ou *Al-Nakba* (a catástrofe) para os palestinos se estendeu sem grandes desempenhos de ambos os lados, mas um grande avanço territorial israelense sobre as terras. Nesse contexto, em junho de 1949, foi assinado um armistício, que findou com a guerra, mas redefiniu as linhas territoriais, dando ao recém-criado Estado de Israel a posse de 78% da região (Clemesha, 2008). Entretanto, para impedir o retorno dos refugiados palestinos ao fim do conflito, os sionistas criaram "facts on the ground" – (fatos concretos) – que eram estratégias de destruição de vilarejos palestinos, de assentamento de judeus nas terras evacuadas e de expropriação de propriedades árabes (Petersen-Overton, 2008 *apud* Santos, 2023). Em resumo:

Contra a frequente afirmação de que os palestinos partiram porque obedeceram às ordens de seus líderes e os exércitos árabes foram uma resposta indevida à declaração de independência de Israel em maio de 1948, devo dizer categoricamente que ninguém conseguiu provar que houve ordens suficientes para gerar um êxodo tão amplo e definitivo. Em outras palavras, se quisermos entender por que 780 mil palestinos partiram em 1948, devemos olhar além dos acontecimentos imediatos de 1948: devemos ver o êxodo como um fato gerado por uma relativa falta de resposta política e organizacional dos palestinos à eficácia sionista e, além disso, uma propensão psicológica para o fracasso e o terror. [...] O que mais contou foi provavelmente o mecanismo para manter longe os civis palestinos, depois que se mudaram (na maioria dos casos) para escapar das brutalidades da guerra. Tanto antes quanto depois que eles partiram, os sionistas tomaram medidas específicas para apagar sua presença (Said, 2012, p. 120).

Figura 3 – Linhas de armistício de 1949 em comparação ao plano de partilha da ONU de 1947



Fonte: Erakat (2019a, p. 53) apud Santos (2023, p.93)

2.1. A Ocupação Sionista

De acordo com Ilan Pappé, os primeiros sionistas chegaram ao mesmo tempo que os primeiros missionários cristãos, como um fenômeno europeu que compartilhava um desprezo pela população local. Para o autor, o sionismo se iniciou como um movimento nacionalista europeu, mas, assim que seus líderes começaram a espalhar o ideal de “ressuscitar” a terra de Israel na Palestina, passou a atuar como um movimento colonial. Ao chegar na região, a maioria dos colonos se alocaram em fazendas e outros poucos nos centros administrativos onde abriam seus negócios (Pappé, 2006). Nesse contexto, as desapropriações de terras nativas se iniciaram ainda em 1881 e ganharam força a partir de 1904 quando o escritório palestino da Organização Sionista Mundial (WZO, sigla em inglês) iniciou a compra sistemática de terras, especialmente de árabes residentes em outros países, removendo forçadamente o campesinato palestino que residia na área (Huberman, 2014).

Desde o início do processo colonial, guiados pela norma “máximo de terras e o mínimo de árabes”, a política sionista era de desapropriação de terras e transferência da população (Huberman, 2014). Nessa época, a Palestina estava sob a administração do Império Otomano, o qual buscou criar leis para proteger os nativos e dificultar a chegada e a vida dos imigrantes judeus europeus, mas, em 1888, o governo britânico pressionou a embaixada de Istambul e afrouxou as restrições contra a imigração sionista (Pappé, 2006; Huberman, 2014). Evidentemente, os sionistas que chegaram no século XIX estavam mais preocupados com a terra do que com o povo local, e modernizar e cultivar a terra também significava livrar-se da sua população nativa primitiva. Para isso, os colonos introduziram novas técnicas e equipamentos e aumentaram a produção agrícola, mas nunca compartilharam os benefícios dessas inovações com a população local (Pappé, 2006). De acordo com Pappé:

Nada se compara à energia colonizadora trazida pelos sionistas, evidente já naquele período inicial de modernização. Embora seu número fosse pequeno, em retrospectiva foi uma imigração colonizadora. Não foi uma colonização como entendemos, pois a Palestina não foi ocupada por uma potência europeia. Mas, tal como o colonialismo noutros lugares, foi um movimento europeu, com pessoas que entraram na Palestina em prol dos interesses europeus e não dos interesses locais (Pappé, 2006, p. 42. Tradução nossa).

De acordo com Pappé (2006), os sionistas pré-1905 buscavam mais por emprego do que por terra, talvez por um reflexo das suas condições na Europa Oriental, em que eram permitidos a ocupar apenas algumas áreas de emprego, como agentes, banqueiros, corretores e agiotas. Entretanto, os sionistas pós-1905 queriam transformar a colonização no objetivo central do sionismo na Palestina. Nesse período, não havia mais espaço para colônias de plantação como antes, então os sionistas passaram a implementar um sistema de colônias comunais estritas e centradas nos judeus. Em 1909, os sionistas fizeram mais empréstimos com bancos locais, compraram terras, construíram casas e, logo, as primeiras crianças começaram a nascer. Não obstante, Pappé (2006) observa que se iniciará uma segregação que ocorrerá apenas nas terras e nas escolas, mas também no comércio. Os sionistas passaram a repudiar e tratar com violência judeus que empregavam trabalhadores árabes em seus negócios e para contornar o problema decidiram que apenas árabes judeus poderiam ser empregados (Pappé, 2006). Desse modo, o autor afirma que o sionismo entrou confiante no século XX, construindo cidades, criando colônias, impondo impostos e criando um sistema monetário independente, ao passo que restringiam cada vez mais os espaços palestinos.

Ademais, em uma conferência de Sionistas Alemães em julho de 1912, um dos fundadores da WZO e coautor do *Basle Program* afirmou que a solução para o problema demográfico árabe na Palestina seria resolvido com a venda das terras de palestinos para os

colonizadores judeus e com o reassentamento de palestinos em cidades árabes vizinhas (Masalha, 1992). Essa noção de que os palestinos poderiam ser realocados em qualquer outra nação árabe era uma ideia racista que será mais bem desenvolvida na seção 3.3. Além disso, é possível encontrar em diversos documentos dos primeiros anos do século XX, que os objetivos sionistas não tinham intenção de criar uma terra para os dois povos, como por exemplo, em uma conversa entre Israel Zangwill e Vladimir Jabotinsky, em que o primeiro afirmou que a remoção dos árabes da Palestina para abrir espaço para a ocupação em massa dos judeus europeus era pré-condição para a realização do sionismo (Masalha, 1992).

Com o início da ocupação britânica após a Primeira Guerra Mundial e com o comprometimento inglês com a causa sionista a partir da Declaração Balfour de 1917, o cenário dos próximos 30 anos estava muito mais inclinado para o benefício dos sionistas. Com o auxílio do mandato britânico, a segregação promovida pelas lideranças judaicas se aprofundou, como um sistema educacional, ainda que binacional, privado e autônomo (sem interferência britânica nos métodos de ensino) e tendo o jardim de infância como a principal ferramenta de doutrinação para restabelecer o hebraico como língua materna e para recriar a história da terra ocupada (Pappé, 2006).

Durante a década de 1920, a política acerca do território palestino foi traçada com base nos artigos publicados por Jabotinsky, intitulados A Muralha de Ferro, partindo do princípio de que um acordo com os árabes seria impossível, pois os palestinos rejeitariam qualquer acordo que mudasse o status da sua terra natal, tornando-se necessário agir pela via militar (Huberman, 2014). Nesse sentido, a estratégia da Muralha de Ferro passou a ser apropriada pelos principais líderes sionistas gradualmente, embora, no início, acreditassem que a estratégia de imigração e ocupação seria suficiente para alcançar os objetivos sionistas. Contudo, em 1932, os judeus ainda eram apenas 17% de toda a Palestina, o que fez com que essa década fosse marcada pelo crescimento da imigração sionista e pela militarização dos assentamentos (Huberman, 2014). O aumento da militarização e do uso da força nos assentamentos não significou que a estratégia de remoção e transferência dos nativos tenha sido deixada de lado. Na verdade, em 1937, Ben-Gurion escreve para seu filho uma carta em que tenta justificar as propostas de transferência e onde deixa claro que isso está associado à expulsão:

[...] devemos expulsar os árabes e tomar os seus lugares... e, se tivermos de usar a força - não para desapropriar os árabes do Negev e da Transjordânia, mas para garantir o nosso próprio direito de nos estabelecermos nesses locais - então teremos a força em nossa disposição (Masalha, 1992, p. 66. Tradução nossa).

Nesse período, o relatório da *Peel Commission* britânica após a Revolta Árabe de 1936, acabava de ser divulgado propondo a partilha da Palestina entre os dois povos, dando força para as noções de transferência voluntária e reassentamento da população palestina (Huberman, 2015). Sob esse aspecto, no 20º Congresso Sionista, em 1937, Eugen Soskin (diretor do *Land Settlement Department* da FNJ) escreveu um memorando que detalhava um plano de transferência da população árabe, em que a remoção deles deveria acontecer acompanhada de um Fundo para a Terra que possibilitasse o estabelecimento de massas de judeus (Masalha, 1992). Desse modo:

O seu plano previa que as terras árabes expropriadas a um preço fixo dos grandes proprietários de terras e dos *fellahin* constituiriam a Reserva de Terras ou Fundo de Terras para os assentamentos judaicos. Os arrendatários seriam transferidos para novas terras no estado árabe. Além disso, de acordo com o plano, seria nomeada uma “Comissão para a Colonização dos Árabes” especial com representantes árabes e judeus. “Os membros da Comissão irão para a Transjordânia com o objetivo de selecionar vastas extensões de terra para a colonização dos árabes, enquanto outros membros farão simultaneamente, com a ajuda da atual administração, um levantamento do número de pessoas a serem transferidas e das áreas que se tornarão disponíveis para a colonização judaica.” [...] O plano de transferência de Soskin concluiu da seguinte forma: A partir da declaração e sugestão acima, fica claro que o Estado Judeu é impensável sem a transferência compulsória dos Árabes para o Estado Árabe no menor tempo possível (Masalha, 1992, p. 82-83. Tradução nossa).

Aliado a esse contexto, o surgimento do nazismo e do fascismo na Europa levou um número crescente de judeus a se deslocar para a Palestina e endureceu ainda mais a posição sionista em relação às posições árabe e britânica (Pappé, 2006). Nesse prisma, um grande número de judeus no exterior exigiu entrar na Palestina, em um momento em que a Grã-Bretanha, em consequência da revolta de 1936, havia decidido restringir a imigração judaica (Pappé, 2006). Com o passar do tempo, a liderança sionista esgotou as permissões legais para a entrada de judeus no país e iniciou uma bem-sucedida campanha de imigração ilegal. Esse processo era seletivo, priorizando os fisicamente aptos e aqueles com a ideologia adequada, e, em alguns casos, concedendo exclusividade a eles (Pappé, 2006). No final da década de 1930, 40% do gasto total da Agência Judaica era destinado à compra de terras e à colonização agrícola, e cerca de 75% do investimento total era alocado para esses fins. Sob esse aspecto, enquanto os sionistas aprimoravam suas estratégias de colonização e a FNJ, durante o mandato, gastava cerca de 20 milhões de libras para expandir as colônias sionistas, os palestinos ainda administravam suas vidas econômicas e agrícolas baseadas no sistema de clãs e não conseguiam proporcionar liderança econômica à sociedade como um todo (Pappé, 2006).

Outrossim, o levantamento supracitado idealizado por Soskin no memorando do 20º Congresso Sionista foi chamado de *village files*, os quais consistiam em um levantamento geográfico e topográfico de todos os vilarejos palestinos, com fotos e mapas, a fim de obter informações precisas sobre suas localizações, vias de acesso, qualidade da terra, fontes d'água disponíveis, fontes de renda da população, composição sociopolítica, afiliações religiosas, nome de lideranças, idade da população e a relação com vilarejos vizinhos (Huberman, 2014). Essas informações permitiram que os sionistas percebessem que os palestinos não possuíam uma liderança capaz de organizá-los (efeito do desmonte britânico após a Revolta de 1936) e, portanto, para conseguir a independência era preciso somente o fim da dominação britânica. Desse modo, a mudança na conjuntura política após a Segunda Guerra Mundial foi devidamente instrumentalizada para alcançar os objetivos sionistas, especialmente porque o holocausto perpetrado pelos nazistas, que resultou na morte de 6 milhões de judeus europeus, mobilizou a opinião pública mundial em apoio aos interesses sionistas na Palestina e à sua reivindicação por um estado próprio (Huberman, 2014).

Após a guerra, a elite sionista preparou bem a sua comunidade para a eventualidade de uma evacuação britânica. Abriu o caminho para negociações sionistas bem sucedidas com Abdullah na Transjordânia sobre a divisão da Palestina entre Hachemitas e Sionistas na era pós-Mandato, reforçando o seu controle sobre a comunidade em termos de impostos e alistamento militar e criando o sentido de vida ou morte numa guerra iminente com o mundo árabe em geral. A liderança palestina passou por experiências muito diferentes durante a Segunda Guerra Mundial (Pappé, 2006, p. 119. Tradução nossa).

Assim que a guerra terminou, a liderança sionista na Palestina iniciou uma campanha para expulsar os britânicos do país, os quais passaram a administração da região para a recém-criada ONU. Sendo assim, após o fim do Mandato Britânico, as informações dos *village files* foram empregadas militarmente, sendo atualizada pela última vez em 1947, incluindo uma lista de pessoas procuradas em cada vila palestina (Huberman, 2014). Cabe destacar que, dois meses antes do fim do Mandato, os sionistas já haviam declarado que iriam lutar para tomar o controle da terra e expulsar a população nativa, o que se concretizou através do Plano D (Plano *Dalet*), uma materialização dos planos desenvolvidos baseados nos inventários sobre os vilarejos palestinos (Huberman, 2014). Sobre isso:

O Plano D entrou em plena operação em abril e maio. Ele tinha dois objetivos muito claros, sendo o primeiro tomar rápida e sistematicamente qualquer instalação, militar ou civil, evacuada pelos britânicos. O sucesso deste objetivo dependia da simpatia dos oficiais britânicos ou oficiais responsáveis. Aqueles com afinidades pró-sionistas forneceram as informações prévias necessárias para permitir que o Hagana ocupasse quartéis-generais de serviços essenciais e bases militares importantes. Os britânicos pró-palestinos, por outro lado, nem sempre desejavam ajudar. O segundo, e muito mais importante, objetivo do plano era limpar o futuro Estado Judeu do maior número

possível de palestinos. A principal força militar era a Hagana, que contava com diversas brigadas. Cada brigada recebeu uma lista de aldeias que deveria ocupar. A maior parte das aldeias estava destinada a ser destruída e só em casos muito excepcionais os soldados foram obrigados a deixá-las intactas. Além disso, algumas das brigadas deveriam envolver-se na tomada das cidades mistas árabe-judaicas da Palestina e dos seus arredores. Isto significou a ocupação e a expulsão da população palestina. Este foi o destino de Jaffa, Haifa, Safad e Tiberíades (Pappé, 2006, p. 129. Tradução nossa).

Assim, quando as forças britânicas de fato deixaram o território em meados de maio, um terço da população palestina já havia sido expulsa. De acordo com Edward Said (2012), houve uma preparação ideológica, organizacional e militar para conquistar a Palestina e povoá-la com novos habitantes. Dessa forma, o Plano *Dalet*, conforme descrito pelos historiadores sionistas Jon e David Kimche, visava "conquistar os pontos estratégicos, controlar as rotas mais prováveis de avanço dos exércitos árabes e preencher o vazio deixado pela retirada das forças britânicas, criando uma área contínua que seria mantida pelos judeus, estendendo-se de norte a sul" (Said, 2012). Por conseguinte, em junho de 1948, aproximadamente 370 mil palestinos já tinham abandonado suas casas, número que foi dobrado ao fim da guerra (Masalha, 1992).

De acordo com Masalha (1992), dois meses após a implementação do Plano D, Ben-Gurion designou que os vilarejos árabes abandonados deveriam ser imediatamente ocupados, pois, para que fosse possível vencer a guerra, era necessário povoar toda a região da Galiléia, do Negev e de Jerusalém. Isso significava também que, após o fim da guerra, a população palestina refugiada não poderia retornar ao território, pois suas casas foram tomadas pelos sionistas. Isso já havia sido previsto pela *Haganah* que criou um Comitê para a Propriedade Árabe Abandonada nas vésperas à implementação do Plano D, demonstrando que já havia um interesse prévio sionista de expulsão da população local (Masalha, 1992).

Não obstante, Ben-Gurion declarou que não estava surpreso com o êxodo árabe e que era necessário prevenir seu retorno a qualquer custo (Masalha, 1992). Dessa forma, a expulsão dos palestinos foi efetivamente planejada e iniciada em 1947, antes mesmo do início da guerra de 1948 entre árabes e israelenses e o êxodo de mais de 700 mil palestinos pode ser atribuído a vários fatores como: a expulsão forçada direta e indireta por parte das forças militares e paramilitares sionistas israelenses, o medo da guerra de 1948-49 e a desorganização das lideranças árabe-palestinas (Huberman, 2015).

3. DISCURSO, IDEOLOGIA E SIONISMO

Esse capítulo será dedicado à apresentação da teoria que será utilizada para analisar o objeto de estudo. Aqui será feita uma exposição da Análise do Discurso Crítica sob a ótica de Norman Fairclough e outros autores que comentaram suas obras e seu método. Além disso, serão desenvolvidos dois conceitos caros para essa pesquisa, sendo eles: ideologia e sionismo, seguindo a abordagem da prática discursiva.

3.1. Teoria Social do Discurso

Os estudos de Análise do Discurso se iniciaram na segunda metade do século XX e teve como uma das suas consequências o simpósio científico de janeiro de 1991 em Amsterdã, em que os linguistas Gunther Kress, Norman Fairclough, Ruth Wodak, Teun van Dijk e Theo van Leeuwen se reuniram para discutir suas agendas de pesquisa acerca da Análise de Discurso Crítica (ADC) (Gomes; Reis; Espíndola, 2014). Apesar do campo da ADC ter se consolidado como proposta metodológica após essa reunião, Norman Fairclough já havia cunhado o termo em 1985, quando publicou um artigo no *journal of Pragmatics* e já havia utilizado a abordagem em seu livro *Language and Power* de 1989 (Resende; Ramalho, 2006).

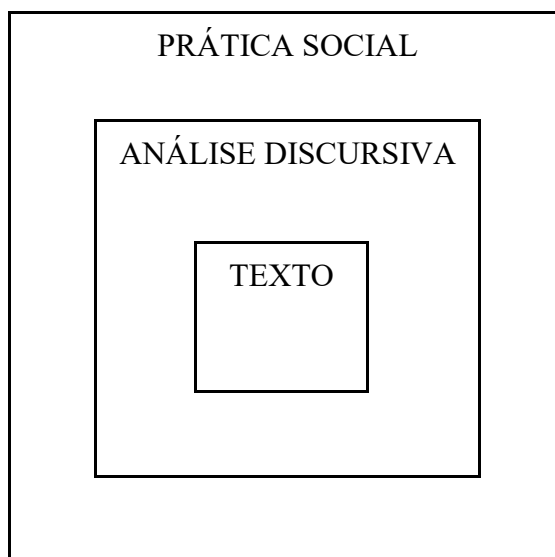
Norman Fairclough rompe com a ideia de que a linguagem é um reflexo de condições materiais existentes na sociedade e uma ação individual, propondo que o discurso é uma prática social, ou seja, elementos semióticos da linguagem devem ser entendidos como produto social (Gomes; Reis; Espíndola, 2014). O discurso, para o autor, além de ser um modo de ação dos indivíduos sobre a realidade, também é uma relação dialética entre discurso e realidade, pois o discurso pode ser moldado e constrangido pela estrutura social, da mesma maneira que o discurso contribui para construir as dimensões dessa mesma estrutura (Gomes; Reis; Espíndola, 2014). Nesse sentido, Fairclough (1995), afirma que a relação dialética entre estrutura e ação é inerente ao discurso e que essas estruturas econômicas e políticas possuem uma natureza discursiva/ideológica que refletem o mercado, as relações de gênero, as relações entre o Estado e as instituições civis e etc.

De acordo com Gomes, Reis e Espíndola (2014), o discurso sob a perspectiva faircloughniana é uma ação historicamente situada, em que as estruturas organizam a produção discursiva e esse discurso pode objetivar tanto a manutenção do status quo quanto a transformação social. Nesse sentido, o discurso é uma representação social, em que, ao mesmo tempo que o sujeito constitui a sua identidade, ele age na formação do mundo e dos

outros indivíduos, bem como esse sujeito é construído sob a influência das outras representações identitárias presentes na estrutura social (Leite; Magnotta; Rocha, 2013).

Para Fairclough (1995), o discurso é formado por três elementos: prática social, prática discursiva e texto, sendo que a análise de qualquer discurso deve perpassar por essas três dimensões e suas interrelações. Desse modo, Fairclough constrói o método de Análise de Discurso Crítica sob a seguinte perspectiva:

Figura 4 – Concepção Tridimensional do Discurso



Fonte: Fairclough, 1992 (Elaboração própria).

Sob esse prisma, o autor destaca a importância de compreender a "prática discursiva", enfatizando que, além de ser uma prática social, o discurso deve ser analisado especialmente em sua forma linguística (texto). Além disso, Fairclough (1992) propõe três efeitos construtivos do discurso: (1) o produtor do discurso; (2) as relações sociais e a interação entre sujeitos distintos e (3) a construção de sistemas de conhecimento e crença (Leite; Magnotta; Rocha, 2013). Esses três efeitos correspondem às funções da linguagem que Fairclough denomina como "identitária", "relacional" e "ideacional". A primeira função afirma que as identidades sociais são estabelecidas no discurso. Ademais, a função relacional diz respeito ao modo como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas. Por fim, a função ideacional diz respeito ao sentido do discurso no mundo, como ele constrói sistemas e crenças (Gomes; Reis; Espíndola, 2014).

Enquanto prática social, o discurso é uma das formas como as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre os outros. Sobre isso, o discurso e o texto são dimensões mediadas pela prática discursiva que dialoga os processos de produção, distribuição e consumo do texto

com as estruturas econômicas, políticas e institucionais da sociedade (Resende; Ramalho, 2006). Por esse motivo, segundo Resende e Ramalho (2006), as análises em ADC buscam encontrar um problema que está baseado em relações assimétricas de poder em práticas sociais e na naturalização de discursos individuais como universais. É a partir dessa análise crítica que se pode perceber a interiorização de relações sociais e ideologias no discurso.

O discurso estabelece, enquanto prática política, relações de poder e entidades coletivas como classes, blocos e comunidades. Ademais, enquanto prática ideológica, o discurso constitui, naturaliza, mantém ou até transforma os significados do mundo para aqueles que estão envolvidos nessas relações de poder. Nesse sentido, a linguagem é o espaço privilegiado para transformações sociais e por isso também é palco de disputas para a formação de hegemonias, a (re-)construção de identidades e a difusão de ideologias (Gomes; Reis; Espíndola, 2014). Esse método de análise do discurso deve considerar, portanto, a delimitação do sujeito enunciador, a forma como o discurso se reflete nas relações sociais e a maneira como ele será recebido por uma audiência específica (Leite; Magnotta; Rocha, 2013).

3.2. Ideologia

Para Resende e Ramalho (2006), a ideologia, de acordo com a concepção crítica, é, por sua natureza, hegemônica, tendo o papel de estabelecer e manter relações de dominação. Dessa forma, ela contribui para a reprodução da ordem social que beneficia indivíduos e grupos dominantes. Sob esse prisma, as ideologias são construções da realidade, desde o mundo físico até as relações sociais, e isso depende de como elas constroem significados, o que acontece em várias dimensões e formas da prática discursiva e que contribui para a manutenção ou transformação do *status quo* (Resende; Ramalho, 2006).

Sob a perspectiva do discurso, a linguagem é a forma material da ideologia e a linguagem é usada pela ideologia, a qual ultrapassa as fronteiras dos diferentes tipos de situações e instituições (Fairclough, 1995). Assim, para Fairclough, é necessário que se discuta como as ideologias transcendem códigos ou tipos específicos de discurso e a maneira como se relacionam com a estruturação e reestruturação das relações entre as entidades sociais. Nesse sentido, o discurso pode se manifestar de diferentes formas, como a prática política e a prática ideológica. No que diz respeito à primeira, Fairclough entende que as relações de poder existentes na sociedade seriam mantidas ou transformadas, enquanto como prática ideológica, o discurso é responsável por constituir, naturalizar, manter e transformar os

significados do mundo de acordo com as relações de poder pré-existent (Leite; Magnotta; Rocha, 2013).

Não obstante, Norman Fairclough entende as ideologias como construções deliberadas da realidade através das práticas discursivas e, a partir do momento que elas atingem o status de senso comum, se tornam muito eficazes na propagação de verdades selecionadas (Fairclough, 1995). Além disso, para ele, a ideologia usa a linguagem em várias formas e em vários níveis. Isto é, o discurso propriamente dito é uma forma da ideologia se manifestar e ser representada. De acordo com Fairclough (1995) o discurso não é um processo livre de formação, pois as ideologias residem nos textos. Por isso, essa abordagem é crucial para compreender o papel da ideologia sionista no estabelecimento do Estado de Israel.

Na obra *Language and Power*, Fairclough vai afirmar que a ideologia é mais efetiva quando sua ação é menos visível. Pois quando se tem consciência de que um determinado aspecto do senso comum sustenta desigualdades de poder em detrimento de si próprio, aquele aspecto pode perder a potencialidade de sustentar essas desigualdades, ou seja, perde seu poder ideológico (Fairclough, 1989 *apud* Resende; Ramalho, 2006). Sobre isso, Huberman (2014) aborda uma importante fala de Zeev Vladimir Jabotinsky, um sionista russo que inaugurou a ideia da Muralha de Ferro, uma força militar responsável por tomar o controle da Palestina. Nessa fala Jabotinsky demonstra que o avanço sionista não pode ser percebido pelos nativos da Palestina, pois, caso isso aconteça, haverá resistência:

Todo povo nativo irá resistir aos colonizadores estrangeiros enquanto perceber qualquer esperança de se livrar do perigo da ocupação. É assim que os árabes irão se comportar e continuarão se comportando enquanto tiverem um vislumbre de esperança de que podem impedir que a 'Palestina' se torne a Terra de Israel. [...] (Jabotinsky, 1932 *apud* Shlaim, 2000, p. 50-1).

Ademais, de acordo com Resende e Ramalho (2006), a ideologia opera de cinco modos: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Essa classificação foi elaborada por Thompson (1995) e pode ser compreendida da seguinte maneira:

Quadro 1 - Modos de Operação da Ideologia

MODOS GERAIS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA	ESTRATÉGIAS TÍPICAS DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA
Legitimação (relações de dominação são representadas como legítimas)	Racionalização (cadeia de raciocínio procura justificar um conjunto de relações)
	Universalização (transforma interesses específicos como interesses gerais)
	Narrativização (exigências de legitimação inseridas em histórias do passado que legitimam o presente)
Dissimulação (relações de dominação são ocultadas, negadas, obscurecidas)	Deslocamento (deslocamento contextual de termos e expressões)
	Eufemização (valoração positiva de instituições, ações ou relações)
	Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora, linguagem figurativa)
Unificação (construção simbólica de identidade coletiva)	Padronização (referencial padrão como fundamento partilhado)
	Simbolização da unidade (construção de símbolos de unidades e identificação coletiva)
Fragmentação (segmentação de indivíduos e grupos que podem representar ameaça ao grupo dominante)	Diferenciação (ênfase em características que desunem e impedem a constituição de desafio efetivo)
	Expurgo do outro (construção simbólica do inimigo)
Reificação (retratação de uma situação transitória como permanente e natural)	Naturalização (criação social e histórica tratada como acontecimento natural)
	Eternalização (fenômenos sociohistóricos apresentados como permanentes)
	Nominalização/Passivação (concentração de atenção em certos temas em detrimento de outros, com apagamento de atores e ações)

Fonte: Resende; Ramalho, 2006 (Elaboração própria)

Outrossim, Leite, Magnotta e Rocha (2013) destacam que as identidades são construídas de modo que os atores se contraponham ao “Outro”, em relações que são manipuladas na dicotomia bem/mal, civilizados/bárbaros e etc., e é por esse motivo que se

pode securitizar o discurso, como acontece na construção ideológica sionista. Nesse sentido, a construção do discurso de um ator, perpassa o apagamento ou a construção do “Outro” ao qual se opõe. O que se pode observar na prática discursiva do sionismo é uma securitização da condição judaica para legitimar o uso da força para ocupar a Palestina.

Nesse contexto, essa representação discursiva transforma um objeto em ameaça à existência de determinado ator e o discurso do ator securitizador constrói uma percepção pública e influencia a opinião geral de modo a obter a legitimação para suas próximas ações (Leite; Magnotta; Rocha, 2013). Buzan, Waever e Wilde (1998) afirmam que “para um objeto ser securitizado ele deve ser compreendido como ameaçado para que se possam justificar ações que iriam além de política comum” (Leite; Magnotta; Rocha, 2013, p. 9). Assim, o discurso aliado a uma ideologia pode transformar um objeto politizado em um objeto securitizado e, não somente, pode convencer um público de que certas ações são necessárias para a segurança de um país, ou no caso da Palestina, para a segurança de um povo (Leite; Magnotta; Rocha, 2013). No que tange essa construção, a próxima seção explicará o que é o sionismo e como ele se constitui como uma prática discursiva político-ideológica para justificar e legitimar as ações de Israel.

3.3. Sionismo

Edward Said, em *A Questão da Palestina* (2012), afirma que o sionismo é uma ideia política que deve ser examinada de duas maneiras: primeiramente, é preciso analisar sua procedência, consanguinidade e descendência, ou seja, sua associação com outras ideias e com instituições políticas; em segundo lugar, deve-se analisar o sionismo como um “sistema prático de acúmulo (de poder, terras, legitimidade ideológica) e deslocamento (de pessoas, outras ideias, legitimidade prévia)” (Said, 2012, p.87). Nesse sentido, o sionismo é um movimento político-ideológico que surgiu no final do século XIX na Europa, se popularizando especialmente entre judeus da Europa Oriental. Segundo Ilan Pappé (2006) o sionismo apareceu primeiro nas regiões centrais do continente europeu, como uma análise intelectual da situação dos judeus europeus e, depois, na Europa Ocidental, surgindo como uma resposta prática a essa situação. Após cerca de dois mil anos de exílio e diante da dificuldade de assimilação dos judeus pela sociedade ocidental, o objetivo sionista era conquistar o renascimento do povo judeu em seu lar ancestral, constituindo um Estado próprio, onde seriam maioria absoluta, independentes e soberanos (Huberman, 2014). Nesse sentido, o nacionalismo judeu tem muitas semelhanças com as ideologias nacionalistas

europeias, já que se apoia em “raízes históricas” e em passados distantes, como os da Bíblia hebraica (Huberman, 2014).

Inspirado na interpretação romântica e folclórica da teoria Völkisch alemã, de que pessoas com descendência comum deveriam buscar a separação e formar um estado comum, o sionismo instrumentalizou a religião judaica ao trazer uma nova narrativa histórica e mitológica da Bíblia hebraica para criar um passado comum para todos os judeus do mundo (Huberman, 2014, p. 50).

A ideia de que um Estado Nacional era a resposta para os problemas dos judeus europeus não foi algo que nasceu necessariamente com Theodor Herzl, conhecido como o pai do sionismo. Na verdade, o movimento intelectual protonacionalista judeu de 1850 que surgiu na Europa ocidental já tinha essa ideia basilar (Pappé, 2006). De acordo com Pappé, os estudiosos que vieram antes de Herzl já haviam transformado o judaísmo em uma ideologia de nação, para além de uma religião. Ainda assim: [...] foi Herzl quem santificou a Palestina ao definir o nacionalismo judaico como sionismo, irrevogavelmente ligado à colonização da Palestina (Sião). Ele criou um padrão pelo qual o patriotismo ou a lealdade ao nacionalismo judaico seriam julgados (Pappé, 2006, p. 51).

Diante disso, o sionismo constitui em “uma ideia imutável, que expressa o desejo de que a autodeterminação política e religiosa dos judeus – por uma identidade judaica – seja exercida na terra prometida” (Said, 2012, p. 85). Entretanto, no início, os discursos de Herzl sobre a inevitabilidade do antissemitismo europeu e a necessidade de retomar a terra ancestral para reconstruir uma nação europeia fora da Europa não tiveram muito sucesso entre as classes mais ricas da população judaica (onde ele esperava encontrar apoio). Contudo, ele encontrou na Polônia, Rússia e Romênia, onde se encontravam judeus mais pobres, desprivilegiados e perseguidos, certa popularidade. Diante disso, Herzl e simpatizantes da sua ideologia articularam o Primeiro Congresso Sionista, em 1897, e produziram o *Basle Programme*, o qual definia que: “o movimento sionista desejava criar um asilo para a população judaica em *Eretz Israel* (Terra de Israel) o qual poderia ser garantido por uma Constituição” (Pappé, 2006, p.37), sem nenhuma menção à possibilidade de haver uma população nativa no território escolhido (Masalha, 1992).

No ano seguinte, o Segundo Congresso Sionista acrescentou o imperativo de colonizar *Eretz Israel* para a criação desse asilo (Pappé, 2006). Assim, a colonização do espaço palestino pelos sionistas se inicia no final do século XIX, apoiado no “poder da diferença colonial”, um princípio que apresenta os colonizados como inferiores, através da diferença de posições ideológicas dentro do campo do discurso, em que a raça do Outro é usada para justificar a diferença, a exclusão/inclusão e a subjugação (Huberman, 2015). Cabe destacar

que alguns rabinos tradicionais proibiam seus fieis de se envolverem em atividades sionistas, pois acreditavam que o sionismo estava se intrometendo na vontade de Deus de que os judeus permanecessem exilados até a volta do Messias (Pappé, 2006).

Ademais, como ideologia, o sionismo pode se apoiar nos conceitos coloniais e raciais genéricos da cultura europeia para reivindicar um território para a nação judaica, afirmando que a Palestina era habitada por um povo atrasado e que deveria ser dominado (Said, 2012). No entanto, Said (2012) afirma que essa ideologia não era apenas um espelho do que foi o colonialismo europeu do século XIX. Apesar do compartilhamento de ideias, o sionismo apresentava duas particularidades: buscava criar uma sociedade completamente “nativa” (sem vínculos com uma metrópole central) e substituir os verdadeiros nativos – sem acordo – por novos (essencialmente judeus europeus).

Dessa forma, a ideia era estabelecer uma sociedade judaica na Palestina que fosse completamente separada nacional e culturalmente da sociedade local (Gorny, 1987). Não por acaso o sionismo foi facilmente assimilado pela Europa. Não porque o antissemitismo tenha deixado de existir, mas porque os nativos palestinos se encaixavam na definição europeia de pessoas inferiores aos homens ocidentais brancos. Portanto, ao se apoderar dessa classificação, os sionistas conseguiram uma legitimação internacional (mais precisamente, ocidental) para suas empreitadas no território palestino e se afirmou como um movimento colonial de assentamento no Oriente (Said, 2012).

Para facilitar que os objetivos de ocupação fossem alcançados, a ideologia sionista tinha o papel fundamental de transformar a presença de nativos palestinos em algo irrelevante. Ou seja, para que o grande número de nativos na terra cobiçada não fosse um empecilho, os sionistas precisavam se convencer de que eles não existiam e, se existissem, eram poucos e não tinham importância (Huberman, 2014). Sob esse viés, o sionismo se apropriou dos argumentos ocidentais de que o Oriente era degradado e precisava ser reconstruído segundo as noções do Ocidente, de modo que quando fosse restaurado o Estado judeu e estabelecidas as colônias, o apoio das potências europeias fosse conquistado (Said, 2012).

De acordo com Said (2012), desde a sua popularização até a criação de Israel, a ideologia sionista agradou um público europeu específico que acreditava que territórios e outras populações podiam ser naturalmente classificadas como desiguais. Não por acaso, as experiências de árabes-palestinos com o sionismo são muito coincidentes com as experiências de negros, amarelos e pardos com os imperialistas do século XIX que os definiram como inferiores e subumanos (Said, 2012). Em Gorny (1987) é possível notar que essa discriminação com o Oriente era tão forte que alguns opositores do sionismo não alegavam

sua imoralidade, pelo contrário, afirmavam que o retorno da população judaica europeia para a Palestina significaria se afastar da cultura avançada ocidental e declinar no atrasado leste asiático.

No entanto, apesar da proximidade e semelhança com os processos colonizadores imperialistas da Europa, o sionismo irá tentar desvincular publicamente e discursivamente o futuro Estado de Israel e os colonos do significado de colonizador. Assim, os assentamentos sionistas na Palestina começaram a ser chamados de “comunidades” e seus habitantes de “cidadãos”, uma estratégia a fim de atribuir o território palestino ao direito sionista (Huberman, 2014). Diante disso, o processo de criação de um estado judeu na Palestina demandou algumas tarefas dos líderes sionistas: (1) fazer com que o nacionalismo sionista alcançasse e unisse os judeus da diáspora; (2) tornar o empreendimento colonial na Palestina atraente às grandes potências ocidentais, como a Grã-Bretanha; e (3) redimir a bíblica Terra de Israel conquistando a maior quantidade de terra com a menor quantidade de nativos (Huberman, 2014). Desse modo, com o avanço sionista sobre a Palestina, seus líderes passaram a pregar um comportamento cada vez mais agressivo e transparente em relação aos seus objetivos na região.

Após a Primeira Guerra Mundial, o sionismo foi capaz de se aliar aos poderes imperiais do ocidente para acelerar o plano de estabelecer o Estado de Israel na Palestina, restando aos nativos apenas um projeto de expulsão em massa. Na obra de Said, em especial o capítulo O Sionismo do ponto de vista das vítimas, demonstra como essa construção ideológica promoveu a ideia de que a destruição dos nativos significava que agora “nós” [os judeus] poderíamos viver ali. Assim, o sionismo avançou como se não houvesse população naquela terra, como se os palestinos fossem um povo atrasado e que deveriam ser subjugados, rebaixados, negados, e ignorados para que a “obra civilizadora pioneira” pudesse surgir (Said, 2012).

Sob esse aspecto, uma estratégia utilizada foi a de identificar todos os palestinos como árabes, a fim de moldar o argumento de que aquelas pessoas não pertenciam àquela terra. Ou seja, aqueles nativos não possuíam laços históricos profundos com o país, eram árabes e, portanto, poderiam habitar qualquer outro país árabe do mundo, enquanto os judeus só teriam a Palestina (a terra bíblica de Israel) (Masalha, 1992). Para além da estratégia de desconectar os palestinos da sua terra de origem e de direito, os sionistas empregaram a estratégia ocidental de desumanização do colonizado, que de certa forma facilitou a assimilação do sionismo pelo Ocidente. Além disso, utiliza-se discursivamente “árabe” como sinônimo de todo palestino para facilitar a assimilação da inferioridade que compunha o imaginário

ocidental branco, o que resultaria em apoio das potências imperialistas para a “salvação” ou “modernização” daquela terra.

Nesse prisma, o papel da ideologia no projeto sionista é criar uma legitimidade e convencer o mundo sobre ela. Não obstante, o sionismo trabalhou de modo a apagar e tornar obsoleta toda a cultura nativa enraizada na Palestina, para reconstruir o imaginário coletivo em torno de uma pátria judaica. Por exemplo:

Uma das razões por que Weizmann alterou a concepção da Declaração de Balfour de favorecimento ao estabelecimento de uma pátria judaica para favorecimento a um “restabelecimento” foi precisamente para cercar o território com a mais antiga e extrema abrangência de “realidades” possíveis. (Said, 2012, p. 108)

Por conseguinte, a construção da imagem do palestino vai ser um aspecto sutil, porém recorrente nas falas e declarações de todo sionista. Said (2012) traz diversas citações britânicas que foram reunidas por Miriam Rosen, uma acadêmica estadunidense, sobre o povo palestino. Nas falas é possível notar adjetivos sempre depreciadores associados aos nativos, como por exemplo: crassa estupidez, insignificante, desprovido de senso moral, ignorância, árabe inculto, fanáticos, mentirosos inveterados, desagradavelmente incapaz, fraqueza de caráter, o país menos progressista da face da terra, entre outros (Said, 2012). Portanto, é evidente que o sionismo via a Palestina como um território vazio, cheio de nativos indignos e dispensáveis, assim, fáceis de serem ignorados e dominados (Said, 2012). Não obstante, declarações desse tipo também estavam presentes nos discursos de líderes sionistas. Weizmann, por exemplo, em uma conversa com Ruppin sobre a presença de palestinos na região, respondeu que eram “algumas centenas de negros (*Kushim*) e eles não possuem nenhum valor” (Masalha, 1992, p. 6. Tradução nossa).

Para Ben-Gurion não havia conflito entre o nacionalismo judeu e o palestino, porque a nação judaica não estava na Palestina e os palestinos não eram uma nação (Masalha, 1992, p. 19. Tradução nossa). Para Nordau, ocupar a Palestina não transformaria os judeus europeus em asiáticos, pois os judeus possuíam uma superioridade cultural e antropológica sobre os nativos. Nesse contexto, a desumanização do árabe, desde a ideia de que não estavam lá até a sua caracterização como selvagens, irracionais e brutos passou a compor todo o imaginário da sociedade sionista, até o ponto em que eles não fossem mais vistos como seres com quem se pudesse chegar a um acordo (Said, 2012).

Diante disso, a ideologia é uma prática discursiva que busca criar convicções e estabelecer consensos para legitimar as ações sociais e políticas de um indivíduo ou grupo e a criação do Estado de Israel foi a concretização da ideologia sionista, sendo assim:

Depois de décadas tratando os árabes como se eles não estivessem ali, o sionismo chega ao seu auge, destruindo tantos vestígios de árabes quanto for possível. De uma entidade negada em teoria para uma entidade negada de fato legalmente, o árabe-palestino passou pela terrível mudança de uma triste condição para outra, plenamente capaz de testemunhar, mas não de comunicar, sua própria extinção na Palestina (Said, 2012, p. 121).

O argumento de Said exaspera o significado de sionismo na prática para os palestinos e introduz o que será desenvolvido a seguir, mostrando como a ferramenta do discurso também foi utilizada para justificar e legitimar a negação da identidade e do direito palestino a terra e reivindicá-los aos judeus.

4. ANÁLISE DO DISCURSO SIONISTA

Neste capítulo será desenvolvida a metodologia de análise do discurso utilizada por Norman Fairclough. Para tanto foram utilizadas seis fontes discursivas. De modo cronológico, primeiramente foi analisada a obra *A Jewish State* de Theodor Herzl, na qual codificou-se as seções: Introdução, *The Jewish Question*, *Effects of Anti-semitism*, *The Plan*, *Palestine or Argentine?*, *The Jewish Company - Outlines*, *Local Groups - Our Transmigration*, *Society of Jews and Jewish State - Negotiorum Gestio*.

Ademais, o discurso de Max Nordau no Primeiro Congresso Sionista em 1897 foi fonte de análise, seguido da proposta da Muralha de Ferro de Ze'ev Jabotinsky em 1923. Por conseguinte, foram analisadas falas de líderes sionistas feitas na Convenção de *Ihud Poelei Tzion* em 1938 e falas registradas no Protocolo do encontro da *Jewish Agency Executive* no mesmo ano retratadas por Nur Masalha em *Expulsion of the Palestinians*. Além disso, o discurso de Chaim Weizmann no 20º Congresso Sionista e o discurso de proclamação do Estado de Israel por David Ben-Gurion também foram materiais de análise. Desse modo foi possível obter uma noção de como o discurso sionista foi construído, popularizado e instrumentalizado de modo a legitimar as ações sionistas na Palestina.

4.1. Análise textual

Para Norman Fairclough, o discurso contribui para a construção de sujeitos sociais e tipos de 'eu', além de construir relações sociais entre as pessoas e contribuir para a construção de sistemas de conhecimento e crença (Fairclough, 1992). Ainda assim, para o autor, "não há procedimento fixo para se fazer análise de discurso" (p. 275), ainda que as análises possam focalizar pontos importantes como a intertextualidade, a interdiscursividade, a lexicalização, a coesão e o contexto em que o discurso é produzido e consumido.

Em *Discurso e Mudança Social* (2001), Fairclough aborda que a codificação e seleção de amostras pode ser uma das alternativas para analisar um *corpus* (o conjunto de amostras de discurso). Diante disso, para compreender as relações entre os atores dos discursos selecionados e os recortes importantes para a discussão da prática ideológica sionista na construção do Estado de Israel, foram criados oito códigos de acordo com a frequência das palavras nos discursos escolhidos (ver Quadros 2 e 3), associado a uma compreensão do que seria útil e pertinente para a temática a ser estudada.

Quadro 2 - Frequência de Palavras

	FREQUÊNCIA	NO. CASES	% CASES
JEWS	182	6	100,00%
JEWISH	170	6	100,00%
STATE	103	6	100,00%
TRANSFER	91	3	50,00%
LAND	86	6	100,00%
PEOPLE	85	6	100,00%
ARAB	78	4	66,67%
COMPANY	68	2	33,33%
ARABS	63	3	50,00%

Fonte: Autoria própria, a partir do processamento dos dados no software WordStat 2023

Quadro 3 - Frequência de Palavras Associadas

	FREQUENCY	NO. CASES	% CASES
JEWISH STATE	27	4	66,67%
ANTI SEMITISM	22	3	50,00%
JEWISH COMPANY	22	1	16,67%
ROYAL COMMISSION	19	2	33,33%
JEWISH PEOPLE	17	3	50,00%
LAND OF ISRAEL	13	3	50,00%
NATIONAL HOME	13	3	50,00%
ERETZ ISRAEL	12	1	16,67%
SOCIETY OF JEWS	12	1	16,67%
BRITISH GOVERNMENT	11	2	33,33%
COMPULSORY TRANSFER	11	1	16,67%
JEWISH QUESTION	11	1	16,67%
ARAB STATE	10	2	33,33%

Fonte: Autoria própria, a partir do processamento dos dados no software WordStat 2023

A partir disso, foram estabelecidos códigos (ver Tabela 4) e realizada a codificação dos discursos através do *software* QDA Miner. Assim, os códigos *Jewish State* (que inclui Estado Judeu, Terra de Israel, *National Home* e Eretz Israel) e *Jewish People* (que inclui Povo Judeu, Antissemitismo, Sociedade dos Judeus, Questão Judaica) foram os mais frequentes, com 55 e 49 ocorrências respectivamente. Nesse sentido, em se tratando de discursos que visam estabelecer o sionismo, esses termos são expressivos e fundamentais na construção da ideologia. Os códigos Transferência, Uso da Força e Assentamento/Colonização foram pensados dentro do contexto da ocupação sionista. A palavra ‘Transferência’ se repete 91

vezes ao longo dos discursos e, quando codificada, está associada ao uso da força em cinco casos de 18. Além disso, apesar de colonização ser um termo pouco utilizado, a sua ideia está difundida em 5 dos 6 discursos analisados. Dessa maneira, após a codificação, esse tema se manifestou 26 vezes (71,4%) nos discursos, e 13 vezes associado à ideia do Estado Judeu, o que demonstra que a constituição da *National Home* tem forte correlação com o processo de colonização da Palestina. Ademais, os códigos Árabes e Ameaça foram estabelecidos com o objetivo de mapear tanto como a imagem dos Palestinos foi construída ao longo do estabelecimento do discurso sionista, bem como a frequência em que a figura do árabe é atribuída à noção de ameaça à existência do Estado Judeu. Por fim, o código Conflito buscou analisar as menções à possibilidade de acordos, à possível resistência dos nativos e, até mesmo, à possibilidade da guerra.

Quadro 4 – Códigos de análise

CÓDIGOS	FREQUÊNCIA	FREQUÊNCIA (% Casos)	PRINCIPAIS ASSOCIAÇÕES
<i>Jewish People</i>	49	85,7%	Judeu; Judeus; Judaísmo; Sociedade; Semitas; Semitismo; Antissemitismo; Emancipação
<i>Jewish State</i>	55	85,7%	Estado; Israel; Terra; Fronteiras do estado; Estado Hebraico; Eretz-Israel; Imigração; Estabelecimento; <i>National Home</i> ; Tel Aviv; Terra Prometida
Transferência	18	42,9%	Transferência compulsória; Mandato [Britânico]; Plano de transferência; Palestina; Árabes; População Nativa; Não-judeu; Transferência forçada; Estados Árabes
Uso da força	9	42,9%	Coerção; Forçado; Expulsão; Obrigatório
Assentamento/ Colonização	26	71,4%	Emigração; Povoado; Colonização; Ocupação; Colonos; Colonialistas; Compra de terreno; Yishuv; Society of Jews; Jewish Company
Árabes	23	71,4%	Árabe; Palestinos; Palestina; Inimigo; Não civilizado; Nativo; Indígena;
Ameaça	8	57,1%	Perigo; Medo; Desordem; Revolta; Provocação
Conflito	15	42,9%	Guerra; Resistência; Revidação; Acordo

Fonte: Autoria própria, a partir do processamento dos documentos selecionados no software QDA Miner

Diante disso, cabe desenvolver o significado atribuído a cada um desses termos dentro da construção ideológica do sionismo.

A priori, compreender a construção discursiva do que é o Povo Judeu (*Jewish People*) é fundamental para entender a força de coesão do movimento sionista e o seu poder de propagar sua ideologia. De acordo com Domenico Losurdo, o antissemitismo é uma

discriminação negativa e caracterizada pela passagem da discriminação político-moral para a discriminação naturalista (Losurdo, 2010). Cabe ressaltar que o termo semita se refere aos hebreus, aos assírios, aos aramaicos, aos fenícios e aos árabes, ou membros desse grupo, ou seja, povos de origem oriental. Por outro lado, o judaísmo é a religião de um povo determinado. Considerando que tanto os judeus como os árabes são semitas, é necessário distinguir entre a “judeofobia” e o antissemitismo racial. Na Idade Média, a perseguição aos judeus acontecia por um motivo religioso, portanto, a “judeofobia” era uma forma de intolerância religiosa e os judeus poderiam escapar da perseguição se convertendo ao cristianismo (Losurdo, 2010). Contudo, o conflito religioso também possui contornos sociais (o judeu é atacado pela posição que ocupa na divisão social do trabalho – banqueiros e negociantes). O autor argumenta que nas principais línguas, o termo que indica a religião, também indica o grupo étnico ao qual ela pertence – judeus. Isso faz com que o conflito religioso, social e racial se entrelace e seja transformado na categoria de antissemitismo. Ainda assim, os árabes são mais entendidos como um grupo étnico que os judeus e, por isso, na Idade Média, o antissemitismo como uma discriminação de raça atinge mais os primeiros que os segundos, estes sofrem com uma barreira exclusivamente religiosa (Losurdo, 2010). É no século XIX, afirma Losurdo, que o antissemitismo racial se constitui, criticando a “judeofobia” cristã, pois argumenta que o batismo não elimina os laços étnicos e raciais dos judeus, ou seja, no antissemitismo há uma ênfase no papel da raça. Isso é um efeito do expansionismo colonial e do racismo, que afeta todos os semitas e, fortemente, os judeus presentes na Europa.

Diante disso, é importante para o sionismo fundamentar a noção de uma população judaica semelhante, com os mesmos sofrimentos e com a mesma solução para o antissemitismo, a fim de atrair o interlocutor desse discurso. Portanto, o código *Jewish People* (Povo Judaico), busca mapear como essa peça discursiva foi construída, quais elementos estão associados a ela e como a imagem do judeu é estabelecida. Não obstante, Theodor Herzl inicia *A Jewish State* conversando diretamente com os judeus e afirma:

Penso que a questão judaica não é mais social do que religiosa, apesar de que às vezes assumo essas e outras formas. É uma questão nacional, que só pode ser resolvida tornando-a uma questão política mundial a ser discutida e resolvida pelas nações civilizadas do mundo em conselho. Somos um povo - um povo. Temos honestamente nos esforçado em todos os lugares para nos fundirmos na vida social das comunidades vizinhas e preservar a fé de nossos pais. [...] Opressão e perseguição não podem nos exterminar. Nenhuma nação na Terra sobreviveu a tais lutas e sofrimentos como os que passamos. A perseguição aos judeus apenas despojou nossos fracos; os fortes entre nós eram invariavelmente fiéis à sua raça quando a perseguição irrompeu contra eles. Essa atitude foi mais claramente aparente no período imediatamente após a emancipação dos judeus (Herzl, 1896, p. 2. Tradução nossa. Grifos nossos).

Herzl traz o argumento de que o antissemitismo é uma questão nacional, ou seja, próprio de uma nação, nesse caso: a nação judaica, uma raça. Ele lembra e destaca que essa é uma nação que sofre com as consequências do antissemitismo, são perseguidos, oprimidos, segregados em todos os países que ocupam. Não obstante, Herzl escreve uma seção inteira dedicada à questão judaica e aos efeitos do antissemitismo, com o intuito de unir os judeus espalhados pelo mundo em torno de uma experiência coesa de hostilidade, intolerância, desprezo, ódio, pressão, mas ainda assim, um povo com características inconfundíveis e comuns a todos, como na passagem a seguir:

Talvez pudéssemos nos fundir inteiramente com as raças vizinhas, se estas nos deixassem em paz por um período de duas gerações. Mas elas não nos deixarão em paz. Por um pequeno período, elas conseguem nos tolerar, e então sua hostilidade irrompe de novo e de novo. O mundo é provocado de alguma forma por nossa prosperidade, porque ele tem sido acostumado por muitos séculos a nos considerar como os mais desprezíveis entre os pobres. Em sua ignorância e estreiteza de coração, ele falha em observar que a prosperidade enfraquece nosso judaísmo e extingue nossas peculiaridades. É apenas a pressão que nos força a voltar ao tronco-mãe; é apenas o ódio que nos cerca que nos torna estranhos mais uma vez. Assim, quer gostemos ou não, **somos agora, e doravante permaneceremos, um grupo histórico com características inconfundíveis comuns a todos nós** (Herzl, 1896, p. 10. Tradução nossa. Grifos nossos).

Nessa mesma linha, o discurso de Max Nordau no 1º Congresso Sionista tem um único objetivo: identificar e unificar todos os judeus e suas vivências em uma narrativa comum. Não há nenhuma menção sobre a criação de um Estado Judeu, sobre a região que seria habitada ou sobre a transferência da população local, a intenção é identificar as experiências comuns aos judeus presentes e entregar a ideologia sionista como a saída. Assim, Nordau menciona a pobreza:

Em todos os lugares, onde os judeus se estabeleceram em números comparativamente grandes entre as nações, a miséria judaica prevalece. Não é a miséria comum que é provavelmente o destino inalterável da humanidade. É uma miséria peculiar, que os judeus não sofrem como seres humanos, mas como judeus, e da qual eles estariam livres, se não fossem judeus (Nordau, 1897. Tradução nossa. Grifos nossos).

E a segregação:

De repente, vinte anos atrás, após um sono de trinta a sessenta anos, o antissemitismo mais uma vez irrompeu das profundezas mais íntimas das nações e revelou ao mais alto dos judeus mortificados em sua real situação, que ele não mais via. Ele ainda tinha permissão para votar em membros do parlamento, mas ele próprio era excluído dos clubes e das reuniões de seus compatriotas cristãos. Ele tinha permissão para ir aonde quisesse, mas em todos os lugares ele encontrava a inscrição: "Judeus não são permitidos". Ele ainda tinha o direito de cumprir todos os deveres de um cidadão, mas os direitos mais nobres que são concedidos ao talento e às realizações nesses direitos foram absolutamente negados a ele (Nordau, 1897. Tradução nossa. Grifos nossos).

Além de abordar sobre as relações interpessoais, o que leva a experiência para um lugar ainda mais íntimo e que, se coletivizada, torna o discurso ainda mais persuasivo:

Antes da emancipação, o judeu era um estranho entre os povos, mas ele não pensou por um momento sequer em se posicionar contra seu destino. Ele se sentia como pertencente a uma raça sua, que não tinha nada em comum com as outras pessoas do país. O judeu emancipado é inseguro em suas relações com seus semelhantes, tímido com estranhos, desconfiado até mesmo em relação ao sentimento secreto de seus amigos (Nordau, 1897. Tradução nossa. Grifos nossos).

Diante disso, todas as experiências mencionadas por Nordau não são direcionadas, elas são gerais, são atribuídas a todos os judeus emancipados e comunicam que o *eu* não está sozinho, ou seja, é possível se fortalecer nessas vivências e fazer algo sobre isso. É sob essa noção que o movimento sionista ganha voz e volume e a ideia de Povo Judaico vai ganhando novos contornos. Quando, em 1938, Weizmann declarou no 20º Congresso Sionista que os judeus são “os filhos que retornam desta terra [Palestina]”, os judeus não são mais pessoas emancipadas espalhadas pelo mundo e sim um povo único com uma terra própria. Desse modo, aquele problema mencionado por Herzl que seria resolvido como uma questão nacional estava sendo resolvido agora, com o estabelecimento de uma nação. Sob esse aspecto, uma nação, segundo Ernest Renan, “é um grupo de pessoas unidas por uma visão equivocada a respeito do passado e por um ódio a seus vizinhos” (Shlaim, 2000, p. 21 apud Huberman, 2015, p. 31). Nesse sentido, os colonizadores sabidamente ignoravam que a “nação” já era habitada pelos palestinos. Ainda assim, os pilares fundamentais que unificaram a ideia do que é ser o Povo Judaico permaneceram intocáveis e são resgatados sempre que possível, como fez Ben-Gurion na declaração do Estado de Israel:

Depois de serem exilados à força de sua terra, o povo manteve a fé nela durante sua dispersão e nunca deixou de orar e esperar por seu retorno a ela e pela restauração de sua liberdade política. Impelidos por esse apego histórico e tradicional, os judeus se esforçaram em cada geração sucessiva para se restabelecer em sua antiga terra natal. [...] Sobreviventes do holocausto nazista na Europa, assim como judeus de outras partes do mundo, continuaram a migrar para Eretz-Israel, destemidos por dificuldades, restrições e perigos, e nunca deixaram de afirmar seu direito a uma vida de dignidade, liberdade e trabalho honesto em sua nação. [...] APELAMOS ao povo judeu em toda a diáspora para se unir aos judeus de Eretz-Israel nas tarefas de imigração e edificação e para apoiá-los na grande luta pela realização do antigo sonho - a redenção de Israel (Ben-Gurion, 1948. Tradução nossa. Grifos nossos).

A menção aos períodos do exílio bíblico e da diáspora, bem como ao holocausto nazista (a representação moderna do antissemitismo) constrói novamente uma narrativa unificada, em que todos os judeus podem se identificar com o sofrimento e reconhecer no discurso a sua própria experiência não como única, mas como parte de um coletivo que possui os meios para superá-la. Acrescenta-se aqui o uso das palavras: retorno e restabelecer

associadas com terra natal e Eretz-Israel, as quais pertencem a uma estratégia de narrativa de judaização do cenário (Palestina) com uma legitimação histórica, ou seja, não estaria havendo um estabelecimento deliberado na Palestina ocupada, mas um restabelecimento dos judeus que foram exilados da sua *Eretz-Israel* anteriormente.

Ademais, o Estado Judeu (*Jewish State*) se constitui em uma espécie de projeto com a obra *A Jewish State* de Theodor Herzl, publicada em 1896, com o objetivo de atrair judeus do mundo todo em torno do que ele chama de “*national question*”. Neste contexto, o autor se apega a termos como nação, casa histórica (*historic home*), lar e terra prometida, ou seja, palavras que carregam uma ideia de preexistência, de que já existia um pedaço de terra que pertencia a eles e que deveria ser retomada. Sobre o território que seria essa terra prometida, o autor diz:

Se as Potências se declararem dispostas a admitir nossa soberania sobre um pedaço neutro de terra, então a Sociedade entrará em negociações para a posse desta terra. Aqui, dois territórios são considerados, Palestina e Argentina. Em ambos os países, importantes experimentos de colonização foram feitos, embora no princípio equivocado de uma infiltração gradual de judeus. Uma infiltração está fadada a terminar mal. Ela continua até o momento inevitável quando a população nativa se sente ameaçada e força o Governo a interromper um novo influxo de judeus. A imigração é consequentemente fútil, a menos que tenhamos o direito soberano de continuar tal imigração. A Sociedade dos Judeus tratará com os atuais senhores da terra, colocando-se sob o protetorado das Potências Europeias, se eles se mostrarem amigáveis ao plano (Herzl, 1896, p. 12. Tradução nossa. Grifos nossos).

Destaca-se que, mesmo tendo em mente que o território almejado seria a Palestina ou a Argentina, Herzl afirma que esse território seria neutro, o que demonstra uma desconsideração acerca da população nativa. Além disso, ele afirma que caso o projeto sionista seja apoiado pelas potências europeias, a imigração poderia ser feita sem que os nativos pudessem resistir.

Ao longo da caminhada sionista, é possível notar que há um esforço de construir uma noção de que a região da Palestina sempre pertenceu aos judeus, o que fica explícito no discurso feito por Ben Gurion na Declaração do Estado de Israel:

A Terra de Israel, [Palestina] foi o local de nascimento do povo judeu. Aqui sua identidade espiritual, religiosa e política foi moldada. Aqui eles primeiro alcançaram a condição de estado, criaram valores culturais de significância nacional e universal e deram ao mundo o eterno Livro dos Livros. [...] Nas últimas décadas, eles retornaram em massa. Pioneiros, ma'pilim [(hebraico) - imigrantes vindos para Eretz-Israel desafiando a legislação restritiva] e defensores, eles fizeram desertos florescerem, reviveram a língua hebraica, construíram vilas e cidades e criaram uma comunidade próspera controlando sua própria economia e cultura, amando a paz, mas sabendo como se defender, trazendo as bênçãos do progresso a todos os habitantes do país. [...] No ano de 5657 (1897), a pedido do pai espiritual do Estado judeu, Theodore Herzl, no Primeiro Congresso Sionista se reuniu e proclamou o direito do povo judeu ao renascimento nacional em seu próprio país (Ben-Gurion, 1948. Tradução nossa. Grifos nossos).

A escolha de palavras no contexto da declaração do Estado de Israel possui significados importantes que buscam garantir a legitimação pública para aquilo. Ao dizer que a Palestina foi o local de nascimento do povo judeu, há um claro apelo ao ‘direito bíblico’ que é mencionado como o Livro dos Livros, na pretensão de ocultar que a terra já era habitada por palestinos há mais 14 séculos naquele momento. Ademais, ao chamar os colonos de pioneiros, ma'pilim e defensores, existe uma intenção em recontar a história e posicionar esses atores como heróis, assim, eles não estariam tomando terras da população nativa, mas sim levando o progresso para uma sociedade bárbara. Esse discurso é facilmente aceito e assimilado pelo ocidente, como mencionado nas seções 3.2 e 3.3, e por isso encontra legitimação de maneira rápida. Além disso, a escolha das palavras **renascimento nacional** implica a noção de que o Estado de Israel não seria algo novo, mas algo que existiu e estava voltando, o que constrói novamente uma noção de pertencimento prévio, de um direito primordial acima daqueles que habitam a Palestina.

Após o início do Mandato Britânico, a ideia de transferência da população palestina ganhou força e passou a ser tema recorrente dos debates sionistas. Para eles, o Estado Judeu não poderia existir caso os árabes constituíssem metade da população e se 75% da terra estivesse nas mãos deles (Masalha, 1992). Contudo, após a Royal Peel Commission o assunto se tornou ainda mais latente. Durante a Convenção Mundial de *Ihud Poalei Tzion*, Ben Gurion declarou:

Na proposta de transferência da **população árabe** das áreas [do estado judeu], se for possível voluntariamente e se não por coerção, seria possível expandir o assentamento judaico... a Comissão não sugere a desapropriação **árabe**; propõe a sua transferência e assentamento no estado árabe, parece-me desnecessário explicar a diferença fundamental e profunda entre desapropriação e transferência (Masalha, 1992, p. 69. Tradução nossa. Grifos nossos).

Ademais, no encontro executivo da *Jewish Agency*, Berl Katzneslon afirmou:

O que é uma transferência compulsória?... Transferência compulsória não significa transferência individual. Isso significa que uma vez que resolvemos transferir, deve haver um corpo político capaz de forçar este ou aquele árabe que não queira se mudar. Mas se você tiver que decidir sobre a transferência em cada caso com cada **aldeia árabe** e cada indivíduo **árabe**, você nunca terminará com este assunto. Em relação à transferência de indivíduos **árabes**, estamos sempre fazendo isso. Mas a questão será a transferência de uma quantidade muito maior de árabes por meio de um acordo com o estado árabe: isso é chamado de transferência compulsória. Mas antes de tudo, há a necessidade de um acordo do qual a Grã-Bretanha e o estado árabe serão parceiros... Temos aqui uma guerra sobre princípios e, da mesma forma que devemos travar uma guerra pelo território máximo, também deve haver aqui uma guerra pelo princípio de transferência (Masalha, 1992, p. 114. Tradução nossa. Grifos nossos).

A existência do Estado de Israel nunca esteve dissociada do apagamento da população local. Contudo, é possível enxergar nesses discursos a construção do projeto de transferência da população palestina para outros territórios, com o objetivo de expandir o território judeu o máximo possível. Essa transferência, eles deixam claro, seria feita por bem ou por mal, através de mecanismos de coerção e transferência compulsória. Além disso, os sionistas fazem questão de se referirem aos palestinos como árabes. Essa estratégia facilita a construção do discurso, pois desliga os Palestinos da sua terra e os atribuem a uma noção maior de pan-arabismo, ou seja, se eles pertencem ao Estado árabe, eles podem ser realocados para qualquer lugar desse grande espaço e deixar a Palestina para aqueles com “verdadeiras raízes históricas com a região”. Não obstante, a ideia de colonização da Palestina está presente desde o *A Jewish State* de Herzl ao planejar a imigração judaica, de modo que novos *settlers* (colonos) fossem atraídos e instituições responsáveis pela aquisição de terras fossem estabelecidas. Para que o estado existisse, a colonização era o principal objetivo, como demonstrou Ben-Zvi no encontro executivo da *Jewish Agency* :

Deve ficar bem claro que haverá dois objetivos principais durante o período de criação de um Estado hebreu: 1) promover a imigração e o assentamento judaico e 2) promover a transferência e o reassentamento árabe... Isso deve ser incluído nas funções fundamentais do estabelecimento do estado... Deve haver um status claro de que temos um papel na transferência de fazendeiros árabes e fellahin ligados à questão da compra de terras, digamos na Transjordânia [e em acordo com os estados britânico e árabe] (Masalha, 1992, p. 116. Tradução nossa. Grifos nossos).

Assim, o estabelecimento do Estado Judeu não poderia acontecer sem a transferência da população palestina. A colonização judaica e o reassentamento “árabe” deveriam ser simultâneos. Além disso, essa transferência deveria ser forçada, compulsória, contar com o uso das forças israelenses e das potências ocidentais. Isso porque, apesar dos anos iniciais do sionismo apresentarem uma coexistência pacífica com os palestinos, à medida que o movimento migratório cresceu foi-se encontrando resistência local. Em *The Iron Wall* (1923), Ze'ev Jabotinsky diz:

Não poderá haver acordo voluntário entre nós e os árabes palestinos. Nem agora, nem no futuro prospectivo. Digo isso com muita convicção, não porque eu queira ofender os sionistas moderados. Não acredito que eles serão ofendidos. Exceto aqueles que nasceram cegos, eles perceberam há muito tempo que é totalmente impossível obter o consentimento voluntário dos árabes palestinos para converter a **"Palestina"** de um país árabe em um país com maioria judaica. [...] Toda população nativa do mundo resiste aos colonos enquanto tiver a menor esperança de ser capaz de se livrar do perigo de ser colonizada. É isso que os árabes na **"Palestina"** estão fazendo, e o que eles persistirão em fazer enquanto houver uma centelha solitária de esperança de que eles serão capazes de impedir a transformação da "Palestina" na "Terra de Israel" (Jabotinsky, 1923, p. 1. Tradução nossa. Grifos nossos).

Nesta passagem é possível observar duas construções discursivas. A primeira de que os palestinos não fariam acordos voluntários para permitir que a região se tornasse um país de maioria judaica, ou seja, se o objetivo é que a Terra de Israel seja um país de maioria judaica, isso não acontecerá por meios consensuais, o que vai refletir nos discursos e projetos posteriores de uso da força e transferência forçada e incitar o consenso de que a relação com os palestinos sempre foi conflituosa. A segunda construção discursiva é sobre a região a ser colonizada, sendo referida constantemente entre aspas. O uso de “Palestina” constrói uma noção de ironia, como se essa não fosse a forma correta para se referir ao local. Associado a isso está o uso das palavras: população nativa e árabes, para se referir aos palestinos, o que, novamente, constitui uma estratégia de desconectar essas pessoas da sua terra e de impessoalizar aqueles que estão sendo colonizados. Sobre essas duas construções, pode-se notar um comportamento mencionado por Losurdo (2010): os judeus não querem a assimilação e nem um Estado no Estado, ou seja, a única solução racional e eficaz para o problema judeu é um sionismo integral (Losurdo, 2010).

Por conseguinte, somente desconectar a população nativa da sua terra não seria suficiente para convencer a opinião pública da legitimidade do Estado Judeu, para isso era preciso deixar claro que o movimento sionista é um movimento ocidental, branco e civilizado. Ao transformar a colonização judaica da Palestina em uma questão de expansão do domínio do ocidente, o sionismo se torna compreendido naqueles países que estão empenhados no novo imperialismo (Losurdo, 2010). Esse movimento colonizador se baseia, especialmente, na construção do inimigo, do outro não civilizado que precisa ser salvo pelo eu civilizado, como afirma Herzl em sua publicação: Deveríamos formar ali uma parte de uma muralha da Europa contra a Ásia, um posto avançado da civilização em oposição à barbárie (p.12). Sob esse aspecto, o sionismo busca se assemelhar ao máximo aos discursos colonialistas do Ocidente para que o movimento seja facilmente assimilado e garanta o apoio das grandes potências.

Sobre esse assunto, durante a Convenção de *Ihud Poelei Tzion*, Berl Ketzslon não exitou em declarar:

A questão da transferência populacional provocou um debate entre nós: é permitido ou proibido? Minha consciência está absolutamente limpa a esse respeito. Um vizinho remoto é melhor do que um inimigo próximo. [...] Há muito tempo sou da opinião de que esta é a melhor de todas as soluções, e nos dias das desordens (a revolta árabe de 1936-39) fui fortalecido em minhas convicções de que isso deve acontecer um dia (Masalha, 1992, p. 71. Tradução nossa. Grifos nossos).

Ketzslon também se manifestou sobre o assunto no encontro executivo da *Jewish Agency*:

[...] a questão de quem viverá nas regiões de fronteira é para mim uma das maiores questões estratégicas e de segurança do estado judeu. Se as aldeias árabes permanecerem nas regiões de fronteira, então nenhuma guarda ou exército será útil. [...] Se há uma lógica por trás da transferência, então isso é ainda mais forte nas regiões de fronteira do que em qualquer outro lugar do país. Preciso explicar os perigos se isso não for arranjado? (Masalha, 1992, p. 115. Tradução nossa. Grifos nossos).

No 20º Congresso Sionista, ao se dirigir aos palestinos, Weizmann disse:

Mas não se engane sobre isso: vocês [os palestinos] não podem ficar de pé sozinhos sem ajuda. Vocês não escaparam da influência da cultura moderna e do progresso. Neste nosso mundo não há espaço para aqueles que ficam sozinhos. Vocês precisam do poder do desenvolvimento que os judeus trazem consigo (Weizmann, 1938. Tradução nossa. Grifos nossos).

Nota-se que existe uma estratégia de construção da imagem do palestino associada à ameaça, conflito, inimigo. Quando Herzl e Weizmann se referem àquela população, nativa de um território no conhecido oriente, constroem a narrativa de que o sionismo é a Europa e a Palestina é o oriente; que o sionismo é a civilização e a Palestina é a barbárie; que somente com o sionismo a cultura moderna, o progresso e o desenvolvimento chegarão à região. Desse modo, a construção discursiva de que o sionismo é a representação da salvação ocidental aliada com a construção do árabe como inimigo torna essa ideologia facilmente abraçada pela Europa (especialmente após a Segunda Guerra Mundial). Assim, Ketzslon afirma que transferir os palestinos para outros países árabes era melhor do que transferi-los para a Transjordânia, pois seriam inimigos próximos (ele usa da Revolta Árabe como um alibi para essa insinuação). Essa preocupação se manifesta a seguir, ao dizer que se eles permanecessem nas regiões fronteiriças nenhum exército seria útil, ou seja, difunde uma ideia de que esses palestinos são inimigos perigosos, que não podem ficar por perto, pois representariam uma ameaça ao estabelecimento dos judeus.

Dessa forma, nota-se que existem elementos textuais importantes que ditam significados e, desse modo, compõem a ideologia.

4.2. Análise discursiva

Nesta seção será desenvolvida a função relacional do discurso, ou seja, como as relações sociais são estabelecidas na construção discursiva. Portanto, será observado como esses discursos foram produzidos, distribuídos e consumidos. A princípio, é importante conhecer quem são os emissores dos discursos selecionados, para compreender a posição que ocupam na emissão do discurso.

Theodor Herzl é o autor do livro *A Jewish State* que inspirou a ideia da necessidade de um território para a nação judaica; foi eleito presidente da Organização Sionista Mundial após o 1º Congresso Sionista, cargo em que permaneceu até 1904 (FCRJ, online). No que tange o emissor do discurso de abertura do 1º Congresso Sionista, Max Nordau é considerado o fundador do sionismo moderno ao lado de Herzl; presidiu do 7º ao 10º Congresso Sionista, mas não serviu como membro oficial do conselho de liderança da Organização Sionista Mundial (MENORAH, 2022). Ademais, autor do ensaio *Iron Wall*, Ze'ev Jabotinsky se juntou ao movimento sionista em 1903, criou a Organização Judaica de Autodefesa, foi delegado do 6º Congresso Sionista e se tornou o líder dos sionistas de direita após a morte de Herzl, fundando o Sionismo Revisionista (atual Likud) (AURORA, 2023). Chaim Weizmann foi delegado de todos os Congressos Sionistas desde 1898, tendo papel fundamental no Congresso de 1901, quando defendeu o estabelecimento de Israel na terra de Sion (Palestina); Weizmann se tornou um diplomata do sionismo a partir da Declaração Balfour e se tornou o primeiro presidente de Israel após a declaração do Estado (MORASHÁ, 2024).

No mesmo período do discurso de Weizmann no Congresso (1938), Masalha abordou outros encontros entre os sionistas e registrou as falas de alguns deles, as quais foram analisadas neste trabalho. Dentre os mencionados por Masalha estão: Berl Katznelson, o líder do partido trabalhista mais importante; Shlomo Lavi, um líder proeminente do *kibutz*; Yehoshua' Suparsky, o líder dos sionistas gerais na Palestina e membro do Comitê de Ações Sionistas; e Ben-Zvi, o presidente do conselho nacional do *Yishuv* (assentamento) (Masalha, 1992).

Por fim, David Ben-Gurion, figura da declaração do Estado de Israel, era filho de um líder sionista na Polônia, emigrou para a Palestina em 1906, foi expulso pelos Otomanos na Primeira Guerra Mundial e se alistou na Legião Judaica do Exército Britânico após a derrota otomana. Além disso, Ben-Gurion tinha uma forte presença política e militar dentro do movimento sionista, tornando-se, em 1949, o primeiro-ministro do governo de Israel (BBC, 2023).

Nesse prisma, compreende-se que todas as falas analisadas são provenientes de um espaço ideológico, isso porque todos os emissores representados possuem alguma ligação com o movimento sionista e suas instituições. De acordo com Fairclough (1992), o discurso possui uma relação dialética com a estrutura social, em que a última molda e restringe o primeiro e o primeiro constitui todas as dimensões da última. Assim, a constituição discursiva da sociedade não é apenas um jogo de ideias, mas parte de uma prática social que deriva das estruturas sociais materiais (Fairclough, 1992). Compreender de onde os discursos analisados

são proferidos contribui para entender qual carga ideológica que eles carregam e quais sentidos e significados eles querem reproduzir:

Entendo que as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação (Fairclough, 1992, p. 117).

Nesse sentido, uma das características fundamentais da prática discursiva sionista observada é a coletivização. O texto é produzido e consumido coletivamente, mesmo em livros ou ensaios de um único autor. Todos os discursos são inspirados em uma ideia coletiva (o sionismo) e partem das bases desse movimento para reproduzir seu pensamento. Entre os discursos observados, a palavra “eu” foi dita 74 vezes, enquanto a palavra “Jew/Jews/Jewish” foi dita 137 vezes e a palavra “nós” foi dita 52 vezes. Além disso, o pronome “meu” não foi dito nenhuma vez, mas o pronome “nosso” foi utilizado 79 vezes. Pode-se compreender, a partir desses dados, que existe uma necessidade de coletivizar esse discurso e isso tem a ver com o objetivo sionista de criar um lar de maioria judaica e, para tanto, esse objetivo precisaria alcançar, convencer e trazer para perto o máximo possível de judeus, bem como o máximo de apoio público. Isso inclui transformar experiências individuais na experiência de todos, como por exemplo:

Nenhum ser humano é rico ou poderoso o suficiente para transplantar uma nação de uma habitação para outra. Apenas uma ideia pode conseguir isso e essa ideia de um Estado pode ter o poder necessário para fazê-lo. Os **judeus** sonharam esse sonho real durante todas as longas noites de sua história. "Ano que vem em Jerusalém" é nossa velha frase. Agora é uma questão de mostrar que o sonho pode ser convertido em uma realidade viva (Herzl, 1896, p. 5. Tradução nossa. Grifos nossos).

Nessa fala, a ideia de um Estado para a nação judaica é contada como um sonho de todos os judeus e Herzl se inclui nisso ao dizer: "Ano que vem em Jerusalém" é nossa velha frase. O discurso pressupõe que todos os judeus sempre sonharam com isso, essa pressuposição é uma estratégia manipulativa para que, mesmo que haja judeus que não haviam pensado na possibilidade de um Estado, se unam àquilo que sempre foi o sonho do seu povo. É importante compreender que o contexto também influencia esses discursos. Theodor Herzl produz *A Jewish State* e convoca o 1º Congresso Sionista no final do século XIX. É nessa mesma época que surge uma dicotomia entre povos civilizados e povos não civilizados, celebrando uma “grande família ariano-semítica” na Europa (Losurdo, 2010). Os judeus são parte dessa grande família, ainda que de modo subalterno, como uma secularização da família judaico-cristã, enquanto os árabes figuram entre as “raças semiselvagens” herdeiras do paganismo (Losurdo, 2010). Ainda assim, explica Losurdo, a família ariano-semítica desde

quando começa a ser teorizada apresenta profundas divisões, pois seus teóricos mais intransigentes defendiam a não contaminação da civilização ariana. Desse modo, os próprios judeus eram excluídos do Ocidente e da raça ariana, pois o critério de *limpieza de sangre* tornou-se um elemento constitutivo do antissemitismo que surgia nessa época (Losurdo, 2010). Portanto, o antissemitismo racial se constitui no século XIX, momento em que esses discursos foram produzidos. Sendo assim, existe um forte apelo nos discursos a essa vivência compartilhada e às perseguições antissemitas como motivação para a conquista do Lar Nacional Judaico, a fim de alcançar o máximo de judeus europeus.

Ademais, em 1922 se inicia o Mandato Britânico na Palestina. Isso acontece em um contexto pós-Acordos de Sykes Picot, os quais revelaram que a Grã-Bretanha, a França e a Rússia já estavam negociando, em 1916, a divisão do Império Otomano entre si e pós-Declaração Balfour, de 1917, em que o então Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha declarou compromisso do Império Britânico em garantir a conquista da Palestina pelos sionistas. Esses eventos são importantes para compreender que ao se iniciar o Mandato Britânico na Palestina já se tinha certo apoio das potências europeias para a realização do projeto sionista. Losurdo (2010) vai afirmar que esse apoio não existia pelo fato dos Estados europeus não serem antissemitas e sim porque se os sionistas constituíssem um Estado próprio eles sairiam da Europa:

Os antissemitas ou os adeptos da judeufobia aqui citados não só aplaudem o sionismo, mas, como observado, muitas vezes professam um "sionismo intransigente e conquistador" nos moldes de "um grande Israel", e aderem ao "projeto sionista mais radical", caracterizado por "uma generosidade territorial praticamente ilimitada", [...] Portanto, a França e a Europa poderão reconquistar sua pureza só quando os judeus edificarem no Oriente Médio um Estado suficientemente extenso para reabsorver toda a diáspora: ele abrangerá a Palestina e a Cisjordânia e, talvez, "uma parte da Síria e da Mesopotâmia". Mas o que fazer com aqueles que já ocupam esse território? "Não falta lugar para os árabes, se eles quiserem emigrar"; fariam bem em aceitar a "transferência" para "outras partes da Ásia Menor ou da África". Por outro lado, "o interesse geral da humanidade tem a precedência com respeito ao interesse de uma minoria". Para poder livrar-se de uma presença incômoda, o Ocidente deve em absoluto levar a termo "a solução do angustioso problema judeu". Portanto, se os árabes continuarem a se opor ao sionismo, é preciso saber recorrer às "maneiras fortes". Durante a Primeira Guerra Mundial, "populações inteiras foram deportadas" (transporte); por que não se deveria agir de modo análogo em relação aos árabes? É o preço a pagar pela realização da "solução definitiva" (*solution définitive*) do problema judeu" (Losurdo, 2010, p. 159).

Diante disso, em 1923, quando escreve e publica *Iron Wall*, Jabotinsky defende a Muralha de Ferro, ou seja, o uso de forças armadas para separar os árabes dos judeus colonos, a fim de garantir que a ocupação acontecesse, pois um acordo voluntário com os árabes estaria fora de cogitação. Essa sugestão só existe mediante o apoio das forças políticas e

militares britânicas do mandato. Não obstante, apesar de se referir aos judeus em terceira pessoa durante todo o texto, Jabotinsky encerra dizendo:

Enquanto os árabes sentirem que há a menor esperança de se livrar de **nós**, eles se recusarão a desistir dessa esperança em troca de palavras gentis ou de pão com manteiga, porque eles não são uma ralé, mas um povo vivo. E quando um povo vivo cede em questões de caráter tão vital, é somente quando não há mais esperança de se livrar de **nós**, porque eles não conseguem abrir brecha no muro de ferro. Só então eles abandonarão seus líderes extremistas cuja palavra de ordem é "Nunca!" E a liderança passará para os grupos moderados, que se aproximarão de **nós** com uma proposta de que ambos **concordaríamos** com concessões mútuas. Então **podemos** esperar que eles discutam honestamente questões práticas, como uma garantia contra o deslocamento árabe, ou direitos iguais para cidadãos árabes, ou integridade nacional árabe.

E quando isso acontecer, estou convencido de que **nós, judeus, estaremos** prontos para dar a eles garantias satisfatórias, para que ambos os povos possam viver juntos em paz, como bons vizinhos (Jabotinsky, 1926, p.7).

Assim, ele se insere dentro da causa e se aproxima do emissor para alcançar um objetivo comum: a desistência dos árabes de resistir ao ponto de aceitar um acordo com os sionistas. Ao utilizar o pronome “nós”, Jabotinsky cria a noção de que os árabes não só estão contra todos eles (pois o Nós não se refere somente aos sionistas, mas a toda a classe dos judeus) como também, que todos os judeus estão inclusos no direcionamento político desse futuro Estado, reforçando a noção de pertencimento.

Isso se assemelha aos discursos feitos já no período da ocupação, como disse Ben-Gurion em 1938: Até agora, também fizemos nosso assentamento por meio da transferência da população de um lugar para outro... somente em alguns lugares em nossa nova colonização não tivemos que transferir os habitantes anteriores (Masalha, 1992, p.69. Tradução nossa. Grifos nossos). O assentamento, apesar de ser constituído por estabelecimentos individuais, de pessoas ou famílias, no território, é uma empreitada colonial maior e que indica um esforço conjunto, um esforço “nosso”.

Outrossim, os discursos sionistas possuem o que Fairclough denomina de força de um texto, em que o componente acional parte do seu significado interpessoal, ou seja, quais atos de fala o discurso desempenha. No caso do discurso sionista, ordens e promessas são atos de fala predominantes:

Palestina é nosso sempre memorável lar histórico. O próprio nome Palestina atrairia nosso povo com uma força de potência maravilhosa. Se Sua Majestade o Sultão nos desse a Palestina, poderíamos em troca nos comprometer a regular todas as finanças da Turquia. Devemos formar ali uma parte de uma muralha da Europa contra a Ásia, um posto avançado da civilização em oposição à barbárie. Devemos, como um Estado neutro, permanecer em contato com toda a Europa, que teria que garantir nossa existência. Os santuários da cristandade seriam salvaguardados atribuindo-lhes um status extraterritorial, como é bem conhecido pela lei das nações. Devemos formar uma guarda de honra sobre esses santuários, respondendo pelo cumprimento desse

dever com nossa existência. Essa guarda de honra seria o grande símbolo da solução da questão judaica após dezoito séculos de sofrimento judaico (Herzl, 1896, p. 12. Tradução nossa. Grifos nossos).

O constante uso do pronome nosso, atribui um caráter de coletividade que logo se constitui uma obrigação comum no verbo: dever. Esse verbo exprime a obrigação de fazer alguma coisa imposta por lei, pela moral, pelos usos e costumes ou pela própria consciência; encargo. Ao dizer “devemos”, Herzl cria ordens para ações futuras que devem ser obrigações coletivas do “nosso povo” para alcançar o “lar histórico”. Ademais:

E isso me leva ao problema real que agora temos que enfrentar. Que não haja engano sobre uma coisa: qualquer forma de partição envolve um sacrifício muito real para cada judeu. Para todos nós, não apenas para Ussishkin e seus amigos, as colinas da Judeia e Samaria são tão preciosas quanto a planície costeira e o Vale de Jezreel. Mas se nos pedirem para fazer esse sacrifício, só pode ser se, ao fazê-lo, pudermos salvar a realização da nossa ideia essencial. Não podemos aceitar uma caricatura do nosso supremo objetivo nacional. Se tivermos que concordar com uma redução da área do Lar Nacional Judaico, a área limitada que nos resta deve ser tal que nos permita fazer três coisas: (a) Manter-nos estrategicamente; (b) construir uma vida econômica que possa se sustentar por si mesma; (c) encontrar aqui espaço para uma imigração judaica contínua que trará para a Palestina uma proporção do povo judeu que fará do novo assentamento uma continuação orgânica da entidade histórica de Israel (Weizmann, 1938. Tradução nossa. Grifos nossos).

O uso do verbo ter (como sinônimo de dever) e dever exprimem mais ordens, as quais, quando associadas aos verbos conjugados na 1ª pessoa do plural e aos pronomes (nós, nosso, nossa) são capazes de tornar a obrigação algo próprio desse povo, a partir da judaização do objetivo: a Palestina e suas regiões são transfiguradas no Lar Nacional Judaico e na Judeia, Samaria e no Vale de Jezreel, remontando aos nomes bíblicos da Terra Prometida. No que tange a contextualização dos discursos, é importante ter em mente que o discurso de Weizmann no 20º Congresso Sionista e os discursos trazidos por Masalha (1992) aconteceram pós-Revolta Árabe e pós-Royal Peel Commission, ou seja, em um contexto em que as ideias de transferência da população palestina para outras regiões eram o centro das agendas e das propostas sionistas, aliado à presença do Império Britânico na região. Além disso, cabe destacar que ambos os ambientes em que os discursos foram feitos (Convenção de *Ihud Poalei Tzion*, Encontro Executivo da *Jewish Agency* e 20º Congresso Sionista) são locais de deliberações políticas, sendo que, a essa altura, já se compreendia que aqueles que estavam ali eram aliados do sionismo (não precisavam mais ser convencidos da causa) e tinha o objetivo conjunto de pensar formas de executar a conquista da maioria judaica na Terra Prometida. Isso fica evidente quando ShlomoLavi diz:

A exigência de que os árabes se mudem e evacuem o lugar para nós, porque eles têm lugar suficiente para se mudar e nós não temos lugar... é muito justa e muito moral - mas nesta situação agora não seríamos capazes de apresentá-la ao mundo político

como uma reivindicação séria, e contra a **nostra** vontade temos que chegar a um acordo com a partição (Masalha, 1992, p. 72-73. Tradução nossa. Grifos nossos).

Os objetivos políticos são coletivos, é preciso pensar e agir em conjunto para direcionar os rumos do sionismo, estabelecendo a retórica de que a Palestina é o único lugar que existe para os judeus e que a transferência dos palestinos é uma necessidade que deve ser perseguida pelo “nós”. A transferência é, então, uma missão coletiva. Outro discurso que passa uma ideia semelhante é a de Suparsky:

É difícil dizer agora em **nosso** memorando à [Comissão Woodhead] que **insistimos** veementemente na transferência compulsória. Isso não criará eco agora e é difícil esperar que de fato nos seja concedido tal veredito sobre a transferência compulsória. **Devemos**, no entanto, insistir em princípio na transferência compulsória sem insistir agora na rápida implementação deste princípio, devemos dizer em nossos memorandos que a perspectiva da Comissão Peel era justificada e que o que o governo [britânico] fez depois foi feito erroneamente... **Estamos** exigindo do governo Mandatário uma permissão para todos os tipos de leis que **nos** permitirão realizar a transferência voluntária e gradualmente. E eles devem **nos** apoiar a esse respeito (Masalha, 1992, p. 111. Tradução nossa. Grifos nossos).

Por fim, cabe destacar o contexto do discurso de Declaração do Estado de Israel feita por Ben-Gurion em 1948. A chegada do antissemitismo propriamente fascista não muda o apoio do Ocidente ao sionismo, como diz Losurdo (2010) “O sionismo seria algo positivo se conseguisse realmente pôr fim à presença do judaísmo na Europa e no Ocidente e, portanto, liquidar a sociedade multirracial e multicultural” (p. 160-161). Na declaração do Estado de Israel há uma mistura de ultranacionalismo, misticismo religioso e superioridade racial. Contudo, a Declaração se dá no pós-Segunda Guerra Mundial, após o holocausto da população judaica, perseguida e assassinada pelo nazismo alemão, em meio a um sentimento de culpa ocidental pela tragédia. Todavia, isso acontece ao mesmo tempo em que um plano de ocupação está sendo posto em prática (Plano Dalet) na Palestina, expulsando milhares de nativos de suas terras e causando a maior catástrofe da história do povo local. É nesse sentido que é possível enxergar que o discurso de Ben-Gurion não tem a intenção de convencer os judeus da necessidade de lutarem por um lar autônomo, nem de traçar estratégias políticas com os adeptos do sionismo, mas sim convencer a opinião pública de que a Declaração do Estado de Israel é legítima e merece apoio internacional. Não obstante há um forte apelo à culpa ocidental do holocausto e um apego ao passado bíblico:

A **catástrofe** que recentemente se abateu sobre o povo judeu - o **massacre** de milhões de judeus na Europa - foi outra demonstração clara da urgência de resolver o problema de sua falta de moradia, restabelecendo em Eretz-Israel o Estado judeu, que abriria os portões da pátria para todos os judeus e conferiria ao povo judeu o status de um membro totalmente privilegiado da comunidade das nações.

Sobreviventes do **holocausto nazista** na Europa, assim como judeus de outras partes do mundo, continuaram a migrar para Eretz-Israel, destemidos por dificuldades, restrições e perigos, e nunca deixaram de afirmar seu direito a uma vida de dignidade, liberdade e trabalho honesto em sua pátria nacional.

[...] Em 29 de novembro de 1947, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução pedindo o estabelecimento de um Estado judeu em Eretz-Israel; a Assembleia Geral exigiu que os habitantes de Eretz-Israel tomassem as medidas necessárias de sua parte para a implementação dessa resolução. Este reconhecimento pelas Nações Unidas do direito do povo judeu de estabelecer seu Estado é irrevogável.

Este direito é o **direito natural** do povo judeu de ser mestre de seu próprio destino, como todas as outras nações, em seu próprio Estado soberano (Ben-Gurion, 1948. Tradução nossa. Grifos nossos).

Ao se referir à Palestina como Eretz-Israel, Ben-Gurion não só revive a ligação com o ‘direito bíblico’ (o qual ele chama de direito natural), como apaga a Palestina como unidade nacional do imaginário coletivo. Além disso, usa-se constantemente o holocausto nazista, a catástrofe, o massacre como maneira de manter o tema do sofrimento vivo durante o discurso, o que cria a legitimidade e a urgência da declaração de um Estado nacional propriamente judaico. Ademais, ao dizer que a “Assembleia Geral exigiu que os habitantes de Eretz-Israel tomassem as medidas necessárias de sua parte para a implementação dessa resolução”, Ben-Gurion está dizendo para a comunidade internacional que o desenrolar do estabelecimento de Israel não seria um plano sistemático, mas uma consequência necessária para por em prática uma decisão da ONU, isentando Israel de qualquer culpabilização em relação ao conflito com os árabes.

4.3. Prática social

Nesta seção será desenvolvida a prática social do discurso, o que, de acordo com Fairclough (1992), tem o objetivo de “especificar as relações e as estruturas sociais e hegemônicas que constituem a matriz dessa instância particular da prática social e discursiva” (p. 289-290), buscando entender como o discurso influencia as estruturas, como é influenciado por elas e quais efeitos produz em termos de sua reprodução ou transformação. Como o objetivo deste trabalho é entender o comportamento da ideologia, a análise da prática social será em torno dos efeitos ideológicos e políticos do discurso, como por exemplo: a criação de um sistema de crenças, a construção de identidades sociais e a transformação hegemônica, através das estratégias de operação da ideologia. Nesse sentido, a concepção crítica da ADC afirma que a ideologia é naturalmente hegemônica, o que significa que ela, necessariamente, é um instrumento para estabelecer e sustentar relações de dominação. Dessa

forma, a ideologia contribui para a reprodução ou transformação da ordem social que beneficia indivíduos e grupos dominantes (Resende; Ramalho, 2006).

Com efeito, para a construção desta seção será feita uma aplicação dos modos gerais de operação da ideologia (Quadro 1) sobre os códigos selecionados para a análise dos discursos, a fim de demonstrar como a ideologia sionista foi estabelecida e praticada ao ponto de legitimar a criação de um Estado às custas da expropriação e expulsão da população local. Para isso, observou-se cada um dos códigos (Estado Judeu, Povo Judeu, Transferência, Uso da Força, Assentamento/Colonização, Árabes, Ameaça e Conflito), buscando compreender qual o modo de operação ideológica foi mais ou menos utilizado pelos emissores dos discursos selecionados. Diante disso, obteve-se o seguinte resultado:

Quadro 5 - Frequência dos Modos Gerais de Operação da Ideologia/Códigos

	<i>Jewish People</i>	<i>Jewish State</i>	Transferência	Uso da força	Assent./ Colon.	Árabes	Ameaça	Conflito
Racionalização	17.90%	12.00%	29.40%	-	12%	10.50%	-	23%
Universalização	2.56%	8.00%	-	12.50%	4%	-	-	-
Narrativização	7.69%	20.00%	-	-	12%	-	-	7.69%
Deslocamento	2.56%	10.00%	23.50%	12.50%	16%	10.50%	37.50%	23%
Eufemização	5.12%	4.00%	18%	50%	12%	5.26%	-	-
Tropo	-	2.00%	5.80%	12.50%	-	10.50%	-	-
Padronização	5.12%	8.00%	17.60%	-	4%	-	-	-
Simb. da unidade	46.15%	12.00%	-	-	-	-	-	-
Diferenciação	2.56%	6.00%	5.80%	-	4%	21%	12.50%	15%
Expurgo do outro	-	-	17.60%	-	12%	31.57%	50%	23%
Naturalização	2.56%	12.00%	5.80%	12.50%	12%	10.50%	-	-
Eternalização	5.12%	2.00%	-	-	4%	-	-	-
Nomin./Passiv.	2.56%	10.00%	11.70%	-	12%	10.50%	-	7.69%

(Fonte: Autoria Própria, 2024)

A unificação é um modo de operação fundamental da ideologia sionista, pois a construção da identidade social do futuro lar judaico dependia de encontrar e unir os judeus da diáspora em torno dos mesmos ideais. Nesse sentido, a obra de Theodor Herzl, *A Jewish*

State, e o discurso de Max Nordau no 1º Congresso Sionista utilizam bastante das estratégias de padronização e simbolização da unidade. A ver:

Ninguém pode negar a gravidade da situação dos judeus. Onde quer que vivam em números perceptíveis, são mais ou menos perseguidos. Sua igualdade perante a lei, garantida por estatuto, tornou-se praticamente letra morta. Eles são impedidos de preencher até mesmo posições moderadamente altas, seja no exército, seja em qualquer capacidade pública ou privada. E tentativas são feitas para tirá-los do mercado também: "Não comprem de judeus!". Ataques em parlamentos, em assembleias, na imprensa, no púlpito, na rua, em viagens — por exemplo, sua exclusão de certos hotéis — mesmo em locais de recreação, tornam-se diariamente mais numerosos. As formas de perseguição variam de acordo com os países e círculos sociais em que ocorrem. Na Rússia, impostos são cobrados em aldeias judaicas; na Romênia, algumas pessoas são condenadas à morte; na Alemanha, eles levam uma boa surra ocasionalmente; na Áustria, os antissemitas exercem terrorismo sobre toda a vida pública; na Argélia, há agitadores itinerantes; em Paris, os judeus são excluídos dos chamados melhores círculos sociais e excluídos de clubes. Nuances de sentimento antijudaico são inumeráveis. Mas isso não é para ser uma tentativa de criar uma triste categoria de judeu (Herzl, 1896, p.2. Tradução nossa. Grifos nossos).

Herzl traz diversos exemplos de como o antissemitismo se manifesta na Europa, citando países e cidades em que os judeus eram perseguidos ou excluídos da vida social. Esses exemplos são diversos e amplos, possuindo o intuito de alcançar o máximo de pessoas que possam se identificar com o que está sendo dito. Considerando o cenário do crescente antissemitismo na Europa, seu discurso não demoraria para se espalhar, mas, ao estabelecer e difundir uma identificação coletiva em torno de um problema, ele conquista aliados para buscar a solução da constituição de um Estado independente e de maioria judaica. Um outro exemplo da criação de uma identidade coletiva pode ser observada no discurso de Nordau no 1º Congresso Sionista:

Assim os judeus do gueto viviam, em um aspecto moral, uma vida realmente plena. Sua situação externa era insegura, muitas vezes seriamente ameaçada. Mas internamente eles alcançaram um desenvolvimento completo de suas qualidades específicas. Eles eram seres humanos em harmonia, que não precisavam dos elementos da vida social normal. Eles também sentiam instintivamente toda a importância do gueto para sua vida interior e, portanto, tinham um único cuidado: tornar sua existência segura através de paredes invisíveis que eram muito mais grossas e altas do que as paredes de pedra que os fechavam visivelmente. Todos os edifícios e hábitos judaicos inconscientemente buscavam apenas um propósito: manter o judaísmo pela separação das outras pessoas e tornar o judeu individual constantemente ciente do fato de que ele estava perdido e pereceria se desistisse de seu caráter específico (Nordau, 1897. Tradução nossa. Grifos nossos).

Nordau utiliza a experiência dos guetos como um fundamento partilhado (unificação por padronização) e, a partir disso, passa a descrever propósitos comuns, como o cuidado com a existência segura e o propósito de manter o judaísmo. Assim, Nordau atrai não só os judeus dos guetos, mas todos os que se identificam com essas necessidades, transformando a existência segura e a manutenção do judaísmo em símbolos da unidade. Essa unificação é

essencial para que o objetivo também seja unificado, ou seja, se todos os judeus se identificam com esses sofrimentos, passam pelas mesmas experiências e compartilham das mesmas necessidades, logo, a solução é única e deve ser a missão de todos os judeus alcançá-la.

A efetividade dessa estratégia se apresenta quando, no Primeiro Congresso Sionista, encontrava-se um público de 208 delegados e 26 pessoas da imprensa (Herzl, 2021). Essas pessoas se uniram em torno de uma ideia e construíram o *Basle Program*, o manifesto que estabeleceu a aspiração do movimento sionista à criação de um refúgio para o povo judeu em Eretz Israel, que seria garantido pelo direito internacional (Pappé, 2006). No ano seguinte, o segundo Congresso Sionista acrescentou a necessidade de colonizar Eretz Israel (Terra de Israel) para alcançar esse objetivo. De acordo com Pappé (2006), os discursos de Herzl sobre um movimento que levasse à Palestina uma massa de agricultores judeus, trabalhadores, gestores, técnicos, engenheiros e outros profissionais qualificados ecoaram e, quando o socialismo judaico na Europa Oriental ganhou um caráter nacionalista, destacou-se a necessidade de transformar social e economicamente os judeus, substituindo suas ocupações tradicionais por atividades mais produtivas que se ajustassem ao projeto de colonização da Palestina.

Com o tempo, a unificação passou a não predominar os discursos sionistas, principalmente depois que o sionismo se consolidou como movimento e o objetivo de conquistar a Palestina como a terra para o estabelecimento de Israel foi traçado. A partir desse momento, a unificação já tinha exercido seu papel de convencimento, dando espaço para as estratégias de legitimação, dissimulação e fragmentação. Infere-se que, entre todos os modos, a dissimulação por deslocamento é a mais utilizada, estando presente em 100% dos casos analisados. A dissimulação é quando a ideologia opera a fim de estabelecer e sustentar relações de dominação por meio da negação ou ofuscação das relações de dominação e a estratégia do deslocamento é evidente quando há uma recontextualização de termos deslocando conotações positivas ou negativas (Resende; Ramalho, 2006). Essa estratégia é principalmente utilizada para falar de ameaça, de transferência e de uso da força, como por exemplo, nas falas de Berl Katznelson:

Eles não perderão com a transferência e nós certamente não perderemos com isso. Em última análise, esta é uma **reforma política e de assentamento para o benefício de ambas as partes**. Há muito tempo sou da opinião de que esta é a melhor de todas as soluções, e **nos dias das desordens**, fui fortalecido em minhas convicções de que isso deve acontecer um dia (Masalha, 1992, p. 71. Tradução nossa. Grifos nossos).

Katznelson se refere ao assentamento como algo benéfico para ambas as partes e diz se tratar de uma reforma política, ou seja, busca trazer aspectos positivos para o tema da transferência.

Essa estratégia é utilizada, pois não havia consenso entre os sionistas sobre esse assunto, por exemplo, alguns argumentavam que a transferência poderia ter o efeito mútuo e os judeus que habitavam países árabes poderiam sofrer expulsão de suas casas (Masalha, 1992). Contudo, ao trazer uma conotação positiva para o tema da transferência, Katznelson está utilizando uma estratégia para manipular os fatos e, conseqüentemente, a mentalidade daqueles que eram contra esse projeto. Além disso, quando Katznelson fala sobre “os dias de desordem”, se referindo à Revolta Árabe, como uma razão para justificar o projeto de transferência em massa, ele está colocando a reação árabe como um movimento deliberado, sem motivo, resultado da falta de ordem entre essas pessoas. Ele deixa de fora, contudo, que a Revolta Árabe foi resultado de uma insatisfação popular com o Mandato Britânico que estava aprovando e aplicando leis a favor dos judeus, que migravam cada dia em maior volume, expropriando terras na zona rural e ocupando cargos de trabalho nos centros comerciais. Assim, caracterizar a Revolta Árabe como uma desordem, é obscurecer os verdadeiros motivos pelos quais ela eclodiu e recontextualizar na intenção de implicar a possibilidade de ela acontecer novamente caso a transferência não ocorra. Ademais:

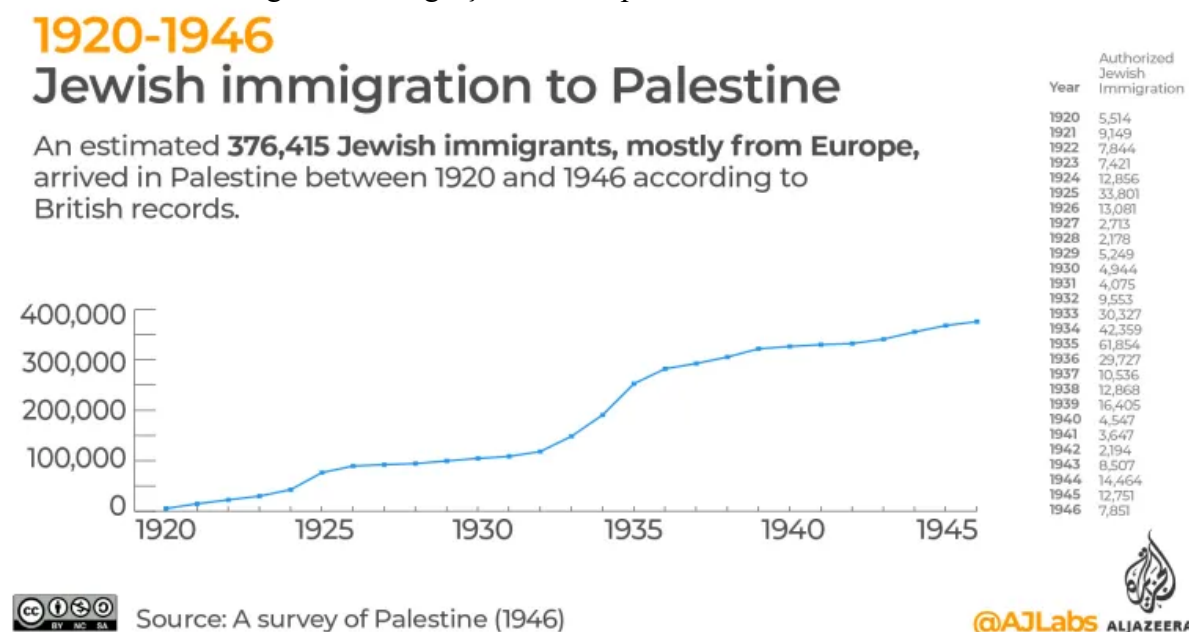
Sabemos definitivamente que os políticos árabes estão tendo grandes esperanças nas dissensões no campo judeu. Eles acreditam que **se a fase atual das negociações puder ser arrastada e a partição fracassar como resultado da intransigência árabe e o Estado Judaico interno independente árabe com uma minoria judaica permanente, este último para fornecer os meios financeiros para a manutenção da glória política árabe como nos bons e velhos tempos** (Weizmann, 1938. Tradução nossa. Grifos nossos).

A estratégia de Weizmann tem o mesmo objetivo que a anterior, mas é utilizada de uma forma diferente. Em “a partição chega ao fim”, é utilizada, originalmente, a palavra “*grief*”, o que dá sentido de grande tristeza, luto e dor, em oposição com “glória política árabe”. A escolha das palavras constrói um sentido de que a intransigência árabe que busca a glória própria será obtida às custas do luto, da tristeza e da dor judaica. Criar esse cenário discursivamente obscurece a verdadeira razão pela qual os árabes resistem à ideia de partição: a transferência compulsória que seria imposta a eles. Isso transforma a situação em uma intransigência política e uma ameaça à constituição do Estado Judaico de maioria judaica.

Durante as décadas de 1920 e 1930, a imigração judaica aumentou consideravelmente, chegando mais de 300 mil judeus nas terras Palestinas. Nos três anos anteriores à Revolta Árabe, a Palestina recebeu o maior contingente de judeus colonos dos últimos tempos, sendo 30.327 em 1933, 42.359 em 1934 e 61.854 em 1935 (ALJAZEERA, *online*). A colonização era organizada, com a *Jewish Agency* e a WZO sendo responsáveis pela compra sistemática de terras e por colocar em prática a expropriação e a segregação de espaços, como visto na

seção 2.1. De acordo com Said (2012), para tornar o sionismo atraente e ganhar apoio ocidental, seus líderes, a princípio, ignoraram os palestinos e, depois, quando precisaram lidar com eles, os tornaram inteligíveis, moldados para se encaixar nos valores e interesses ocidentais. Enquanto o sionismo e o ocidente eram aliados naturais, compartilhando uma mesma linguagem e ideologia, os árabes eram excluídos dessa comunidade, pois representavam o mal, o venial, a decadência, a luxúria e a estupidez em todos os discursos (Said, 2012). Ao se apropriar da forma como o Ocidente enxergava o árabe e o islamismo, o sionismo obteve o apoio necessário para colocar em prática seu projeto colonial e construir seu Estado em cima de vilas, casas, histórias e famílias que não tinham valor humano, “é um exemplo perfeito de como a propaganda política, o saber politizado e o discurso ideológico podem ter poder, implementar políticas e, ao mesmo tempo, parecer uma “verdade objetiva”.” (Said, 2012, p. 61).

Figura 5 – Imigração Judaica para a Palestina 1920-1946



Fonte: ALJAZEERA, 2023, *online*

Acerca da agenda da transferência, Katznelson acrescenta:

a questão de quem viverá nas regiões de fronteira é para mim uma das maiores questões estratégicas e de segurança do estado judeu. Se as aldeias árabes permanecerem nas regiões de fronteira, então nenhuma guarda ou exército será útil... **E se a transferência for realizada, é necessária antes de tudo para limpar as regiões de fronteira para que os assentamentos hebreus sejam estabelecidos lá.** (Masalha, 1992, p. 114. Tradução nossa. Grifos nossos).

Nessa passagem há, não somente uma dissimulação por deslocamento, como a fragmentação por expurgo do outro. Isso acontece principalmente porque obscurecer as relações de dominação também se apoia na estratégia de criar a figura do inimigo, ou seja, criar a concepção de que não se trata de uma relação de dominação, mas de uma defesa contra o inimigo. Dessa maneira, quando se diz que as fronteiras serão “limpas” para os assentamentos hebreus, o uso do verbo limpar (*clear*), no sentido de não estar bloqueado ou ocupado por algo, está transformando a transferência, que poderia ser compreendida como algo negativo, em algo positivo. Essa estratégia é efetiva, pois anteriormente se consolidou a figura do inimigo: se as aldeias árabes permanecerem nas fronteiras, nenhum exército será útil. Essa frase estabelece a crença de que os hebreus não estarão protegidos se tiverem vizinhos árabes, ao ponto que nenhuma guarda terá efeito. Consequentemente, se os seus vizinhos são perigosos, a ‘limpeza’ dessas fronteiras é algo justo e legítimo. Não por acaso, as reuniões executivas de 1938 da *Jewish Agency* desenvolveram uma fórmula para uma legislação que consistia na aplicação de leis que garantissem a expropriação de terras e restrições de cidadania que encorajassem uma transferência “voluntária” dos palestinos (Masalha, 1992).

No caso da colonização sionista, uma prática adotada para lidar com os palestinos, os nativos indesejados, é a sua caracterização enquanto ameaça – seja à segurança nacional, seja em relação à demografia. Desta maneira, a raça e o racismo funcionam como os demarcadores da diferença humana no encontro colonial e os princípios organizacionais das relações colonizadores-colonizados. Como aponta Sayegh (2012), o padrão de conduta racista é uma das três características estruturantes do colonialismo por povoamento sionista da Palestina, seguido da violência e do terrorismo e da expansão territorial. A aspiração política do sionismo sempre foi a segregação racial em relação aos árabes nativos da Palestina, portanto o racismo nunca foi uma mera adição ao projeto colonial ou um aspecto passageiro, e sim é inerente à ideologia sionista (Sayegh, 2012, p. 214 apud Santos, 2020, p. 78).

Além disso, é no contexto desses discursos, que o Comitê de Transferência é estabelecido e diversos líderes dos assentamentos (*Yishuv*) se juntaram aos subcomitês (Masalha, 1992). O objetivo era claro, remoção dos árabes de todas as vilas e isso seria possível graças à ajuda do governo mandatário, o qual deu permissão à Companhia de Desenvolvimento do Território Palestino para coletar e copiar todo o material de registro de terras e impostos, a fim de mapear a posse de terras e a população local (Masalha, 1992). Até 1937, as atividades de desapropriação de terras eram limitadas pela ausência de recursos financeiros suficientes, pela força da resistência palestina e pelas políticas restritivas britânicas (Huberman, 2014). Contudo, a partir dos *village files* e do esforço contínuo do lobby sionista no ocidente, os planos de transferência começaram a ganhar contornos reais:

[...] embora os eventos na Palestina e no Oriente Médio em geral tenham sublinhado a oposição do pan-arabismo à colonização sionista da Palestina, os líderes do Yishuv continuaram a fazer acordos privados com os líderes árabes na esperança de realizar uma transferência da população árabe da Palestina. As tentativas sionistas de chegar a um acordo com os líderes árabes geralmente consistiam em oferecer benefícios — em termos de finanças, expertise ou influência internacional — em troca de aquiescência na expansão do Yishuv na Palestina e, mais tarde, de assistência na absorção dos esperados transferidos árabes. Essa abordagem estratégica continuou durante a década de 1930 e além, com iniciativas secretas promovendo esquemas de transferência por líderes da Agência Judaica com o Emir Abdallah da Transjordânia, Ibn Saud e políticos iraquianos (Masalha, 1992, p. 21. Tradução nossa).

O sionismo possui uma natureza colonial, e, portanto, foi facilmente assimilado em países que tiveram sucesso com o colonialismo. Nesse sentido, a colonização sionista da Palestina reforça o domínio do Ocidente e transforma os judeus no único elemento civilizador que pode salvar a Palestina (Losurdo, 2010). Desse modo, para convencer a opinião pública e garantir o apoio externo, torna-se constituinte dos discursos sionistas o modo de operação da ideologia de fragmentação por expurgo do outro, que constantemente é utilizado para se referir aos palestinos e árabes:

A questão da transferência populacional provocou um debate entre nós: é permitido ou proibido? Minha consciência está absolutamente limpa a esse respeito. **Um vizinho remoto é melhor do que um inimigo próximo** (Masalha, 1992, p. 71. Tradução nossa. Grifos nossos).

Katznelson busca legitimar a transferência compulsória de vilas inteiras não para as fronteiras do que seria o Estado de Israel estabelecido pela *Royal Peel Commission*, mas para outros locais como Síria e Iraque, pois isso seria melhor do que um inimigo próximo. Essa fala indica duas coisas: (1) era evidente para os sionistas que os palestinos eram contra os planos de transferência e que executá-los geraria resistência e (2) que era preciso estabelecê-los como inimigos para que esses planos tivessem adesão pública para serem executados. Assim, o principal recurso retórico dos sionistas é identificar-se com os europeus que conhecem a diferença entre a mente oriental e a ocidental, fazendo todos os tipos de distinção possíveis: árabes são orientais, portanto menos humanos e menos importantes que os europeus e os sionistas; são traiçoeiros, degenerados etc., e, principalmente, a superioridade numérica não lhes dá o direito a um Estado próprio (Said, 2012).

Ademais:

[...] vocês viram o progresso que fizeram nestes 20 anos sob aquele regime que foi criado com o propósito de facilitar o estabelecimento de um Lar Nacional Judaico neste país. Quaisquer que sejam os demagogos, vocês sabem em seus corações que só se beneficiaram do nosso trabalho. **Mas houve aqueles em seu meio que, por miopia e egoísmo, minaram a paz deste país e induziram na Comissão Real e no Governo Britânico a convicção de que dentro do quadro do Mandato não havia espaço para cooperação entre nós.** (Weizmann, 1938. Tradução nossa. Grifos nossos).

Nesta passagem, Weizmann está se dirigindo aos palestinos e utiliza duas estratégias. Primeiramente, apela para uma reificação por nominalização, concentrando a atenção no suposto progresso que o regime para a criação de Israel trouxe para a região e apagando (obviamente) as constantes expropriações de terras, a proibição da oferta de vagas para palestinos em comércios judeus, a segregação e judaização de espaços como escolas e as transferências forçadas, por exemplo. Adiante, o emissor utiliza de fragmentação por expurgo do outro ao atribuir aos Palestinos, caracterizados como míopes e egoístas, o arruinamento da paz e do espaço de cooperação entre ambos. Sendo assim, Weizmann reproduz a noção de que o oriental é aquele que não compreende o progresso, a civilização e a honestidade, ideais comuns para o Ocidente e para o Sionismo e, por isso, a luta para tirar dos nativos o controle da terra é digna, já que não é uma questão de colonização, mas também de civilização (Said, 1992).

É importante destacar que essas estratégias discursivas não possuem uma prática social única, evidente e direta, mas pavimentam o caminho de consolidação da hegemonia da ideologia e resultam em um conjunto de práticas sociais legitimadas por ela. Para que uma ideia se torne hegemônica, ela precisa de legitimação. No caso da ideologia, de acordo com Resende e Ramalho (2006), essa legitimação pode ser conseguida através de três estratégias: racionalização, narrativização e universalização. Em *A Jewish State*, Herzl se apoia na racionalização, ou seja, em uma cadeia de raciocínios a fim de justificar um conjunto de relações para narrar como se daria a ocupação gradativa do território que seria a terra de Israel:

Os mais pobres serão os primeiros a cultivar o solo. De acordo com um plano pré-concebido, construirão estradas, pontes, ferrovias e instalações telegráficas; regular os rios; e construam suas próprias moradias; o seu trabalho criará comércio, o comércio criará mercados e os mercados atrairão novos colonos, pois cada homem partirá voluntariamente, às suas próprias custas e por sua própria conta e risco. O trabalho despendido na terra aumentará o seu valor, e os judeus em breve perceberão que uma nova e permanente esfera de operação está se abrindo aqui para aquele espírito de empreendimento que até então só encontrou ódio e descrédito (Herzl, 1896, p. 11. Tradução nossa).

Essa cadeia de raciocínio parece fazer sentido à primeira vista, contudo, além de impor uma relação desigual entre os judeus pobres e ricos, em que os primeiros serão responsáveis pelos trabalhos manuais iniciais da terra e os segundos serão atraídos após a terra ter seu valor aumentado, também exclui um debate fundamental: ao idealizar a ocupação da terra de Israel, Herzl não faz menção aos nativos da região. Nesse sentido, seu raciocínio de ocupação, a princípio, faz sentido, não é violento e é aceitável, porque entende a terra a ser ocupada como

um local vazio. Ao omitir do debate esse ponto chave, é muito mais fácil encontrar simpatizantes da ideia.

No entanto, como já discutido incansavelmente neste trabalho, ainda que se saiba que a terra é ocupada, isso não tem muita relevância para frear as ambições sionistas. Isso porque, seus habitantes são palestinos e, portanto, árabes orientais atrasados e não civilizados. O desdém em relação à população local fica evidente na fala de Berl Katznelson já mencionada anteriormente:

A questão da transferência populacional tem provocado um debate entre nós: é permitida ou proibida? A minha consciência está absolutamente tranquila a este respeito. Um vizinho remoto é melhor que um inimigo próximo. Eles não perderão com a transferência e nós certamente não perderemos com isso. Em última análise, esta é uma reforma política e de liquidação para o benefício de ambas as partes. Há muito tempo que sou da opinião de que esta é a melhor de todas as soluções e, nos dias das desordens (a revolta árabe de 1936-39), fui fortalecido nas minhas convicções de que isto deverá acontecer um dia. **Mas nunca me passou pela cabeça que a transferência “para fora da Terra de Israel” significaria apenas para as vizinhanças de Nablus, sempre acreditei e ainda acredito que eles estavam destinados a ser transferidos para a Síria ou o Iraque** (Masalha, 1992, p. 71. Tradução nossa. Grifos nossos).

Essa fala utiliza tanto da fragmentação do expurgo do outro (ao citar um inimigo próximo e a Revolta Árabe como uma desordem na intenção de construir simbolicamente a imagem do inimigo) quanto da dissimulação por deslocamento (ao tentar transformar a transferência em algo positivo associando-a com reforma política em benefício das duas partes) para construir o argumento geral que se baseia na legitimação por racionalização sobre o tema da transferência. Nesse sentido, ao perguntar se essa questão é permitida ou proibida, Katznelson utiliza da retórica para justificar os aspectos positivos que tornam a transferência dos palestinos em algo permitido e finaliza sua fala com um raciocínio que busca legitimar não só a transferência para fora do que seria o território demarcado de Israel, mas para outros países árabes que estivessem longe das fronteiras israelenses. Sob esse aspecto, a sugestão de transferir os palestinos para Síria ou para o Iraque não soa tão violenta, pois seu argumento foi construído em cima de uma linha de raciocínio que transforma os palestinos em um inimigo iminente e a transferência em algo positivo e necessário para a segurança dos judeus, obtendo uma espécie de legitimação lógica e racional.

Nos anos 1920, a liderança do Yishuv, apoiada pelo lema "trabalho hebraico", consolidou seu domínio no mercado de trabalho das cidades mistas ao adquirir terras de grandes proprietários, muitos dos quais estavam fora da região (Pappé, 2006). A *Jewish Agency* explorou ao máximo as leis de propriedade (principalmente as otomanas) para tomar terras que haviam sido cultivadas por famílias locais durante séculos sem contratos formais e,

assim como ocorreu com a imigração, para continuar a política de colonização, a qual também desafiava e ignorava o *White Paper* de 1939 (Pappé, 2006). Esse documento estabeleceu três medidas do Mandato Britânico, a fim de conter a Revolta Árabe: cotas limitando a imigração judaica para a Palestina, restrições à aquisição de terras por judeus e disposições constitucionais estabelecendo um estado de maioria árabe com salvaguardas para os direitos judeus (Apter, 1974). Contudo, os sionistas adotaram um método que incluía o uso de "*homa*" (cerca) e "*migdal*" (torre de guarda), o qual se baseava em uma lei otomana ainda vigente durante o Mandato, que estabelecia que a construção de infraestruturas essenciais para um potencial assentamento criava um *fait accompli* (fato consumado), a fim de impedir que os britânicos pudessem forçar a retirada dos assentamentos (Pappé, 2006).

Outrossim, todo o discurso de declaração do Estado de Israel, feito por Ben-Gurion, em 1948, se apoia em uma narrativização constante, a qual tenta através de uma história do passado, legitimar o presente:

ERETZ-ISRAEL foi o berço do povo judeu. Aqui foi moldada a sua **identidade espiritual, religiosa e política**. Aqui eles alcançaram pela **primeira vez a condição de Estado, criaram valores culturais de significado nacional e universal e deram ao mundo o eterno Livro dos Livros**. Forçados ao exílio de sua terra, o povo permaneceu fiel a ela durante sua Dispersão, nunca cessando de orar e almejar seu retorno e a restauração de sua liberdade política. Motivados por esse **vínculo histórico e tradicional, os judeus lutaram em cada geração seguinte para se reestabelecer em sua ancestral pátria**. [...] No ano de 5657 (1897), por convocação do pai espiritual do Estado Judeu, Theodore Herzl, o Primeiro Congresso Sionista convocou e proclamou **o direito do povo judeu ao renascimento nacional no seu próprio país**. [...] **A catástrofe que recentemente se abateu sobre o povo judeu - o massacre de milhões de judeus na Europa - foi outra demonstração clara da urgência de resolver o problema dos seus sem-abrigo, restabelecendo em Eretz-Israel o Estado Judeu** (Ben-Gurion, 1948. Tradução nossa. Grifos nossos).

Como se vê, primeiro remete aos povos hebreus da bíblia, depois a Herzl afirmando um direito de renascimento e, por fim, menciona o holocausto provocado pelos nazistas como uma demonstração da urgência do problema do antissemitismo. O uso das palavras renascimento e reestabelecimento já foi discutido, mas, aqui cabe mencionar seu papel na legitimação por narrativização. O passado legitima o presente: se algo está renascendo ou sendo restabelecido, isso pressupõe um direito anterior, algo antigo e pré-existente, o que torna essa declaração legítima e, por isso, todos devem reconhecer esse direito. O que acontece a partir desse momento é o que Said chama de inversão total da realidade, a prática sionista de difundir a sua própria "verdade" alcança seu maior êxito nesse momento, quando suas origens orientais são esquecidas e agora eles se projetam como uma democracia ocidental no oriente (Said, 2012).

Sob esse aspecto, Losurdo (2010) argumenta que um povo oprimido sob certas particularidades não está isento de participar de uma política de opressão contra outros povos, o que acontece no caso de Israel. Existe, desde sempre, uma instrumentalização política do holocausto e do antissemitismo para criar uma linha arbitrária de continuidade de perseguição desde o nazismo até a resistência árabe (Losurdo, 2010). Assim, a ideologia sionista cria espaço para que a violência sionista seja lida como legítima e justa, enquanto a resistência dos Palestinos à ocupação seja lida como barbárie.

Ademais, Ben-Gurion diz:

Em 29 de novembro de 1947, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução convocando a criação de um Estado Judeu em Eretz-Israel; a Assembleia Geral **exigiu** que os habitantes de Eretz-Israel **tomassem as medidas necessárias** de sua parte para a implementação dessa resolução. Esse reconhecimento pela Organização das Nações Unidas do direito do povo judeu de estabelecer seu Estado é irreversível (Ben-Gurion, 1948. Tradução nossa. Grifos nossos).

Essa cadeia de raciocínio busca convencer o interlocutor de que Israel tem o respaldo das Nações Unidas para estabelecer um Estado. Contudo, como já supracitado, o governo Palestino não estava de acordo com os termos da divisão feita pela ONU. Sabendo disso, o próprio discurso da declaração de Israel já se antecipa frente a um cenário de conflito afirmando que a “Assembleia Geral exigiu que tomassem as medidas necessárias para a implementação da resolução”, o que na realidade não acontece. A resolução se refere apenas ao Conselho de Segurança no que tange tomar medidas necessárias para garantir a implementação do plano de divisão e, para os Estados palestino e israelense, delega apenas a função de criar um Conselho Provisório de Governo para as futuras deliberações (UNDOCS, *online*). Entretanto, Ben-Gurion declara que o estabelecimento do Estado de Israel é irreversível e que utilizarão todas as medidas necessárias para garanti-lo. Isso acontece simultaneamente com a execução do Plano D, que aterrorizou e expulsou milhões de Palestinos das suas terras (*Al-Nakba*).

Figura 6 – Palestinos expulsos em 1948



Fonte: ALJAZEERA, 2023, *online*

As forças militares sionistas expulsaram cerca de 750 mil palestinos, no que eles chamaram de Guerra de Independência, que na realidade foi o início da limpeza étnica na Palestina. Segundo Benny Morris, em *The Birth of the Palestinian Refugee Problem*, houve seis razões principais para os palestinos abandonarem algumas das suas 369 vilas: expulsão por forças judaicas; abandono por ordens do governo árabe; medo do ataque judaico; assédio militar nos assentamentos por tropas judaicas; *whispering campaigns* (uma espécie de guerra psicológica, terror por boatos); e influência pelo êxodo ou pela invasão de cidades vizinhas (Masalha, 1992). Após 1948, Israel manteve os Regulamentos para Defesa em Caso de Emergência, leis racistas da época do mandato britânico, que serviram para controlar a minoria árabe e vedar seu direito de ir e vir, o direito de adquirir terras, o direito de residência e etc. (Said, 2012). Outrossim, embora o direito de retorno seja uma garantia da Lei Internacional, Israel também passou a negar esse direito aos refugiados da Nakba. Primeiro criando uma série de leis que permitiram a expropriação de terras árabes na Palestina, declarando-as como propriedades abandonadas e transferindo sua posse para o Fundo Nacional Judeu e, em segundo lugar, criando a Lei do Retorno que garante a qualquer judeu, independentemente de seu local de nascimento, o direito automático à cidadania israelense, enquanto nega esse mesmo direito a árabes, mesmo aqueles com residência e família há gerações na região (Said, 2012).

É no pós-1948 que vai se observar mais claramente a prática social da ideologia, pois é quando se estabelece a hegemonia da ideologia sionista, dando respaldo para que as ações

sejam postas em prática. Quando o Mandato Britânico acaba e o Estado de Israel é declarado, seguido de uma guerra expansionista que legitima sua existência, os Palestinos que acabaram na Cisjordânia ou em Gaza, sem um poder político organizado, ficaram à mercê das deliberações sionistas. O antissemitismo nazista é instrumentalizado politicamente e legitima a criação do Estado de Israel na Palestina, recebendo o reconhecimento de diversos países ao redor do mundo logo em seguida. No entanto, é importante lembrar que a ideologia supremacista branca da Segunda Guerra também afetou os árabes. Rotulados de “negroides” pela tradição colonial racista, foram os primeiros a sofrerem as consequências da política eugenista do nazismo (Losurdo, 2010). Mesmo assim, o mundo ocidental só assimilou o sofrimento dos judeus, enquanto ignorou milhões de pessoas sendo expulsas e mortas em suas próprias casas. Isso mostra o poder persuasivo da ideologia sionista, que criou uma imagem tão alinhada com os ideais ocidentais que tornou admissível defender a existência um povo ao mesmo tempo que permite a destruição de outro.

Cabe destacar que, o problema que buscou ser esclarecido nesse trabalho não é o desejo de haver um Estado para o povo judeu, o problema está em fazer isso às custas de outro povo, a partir de uma mentalidade colonial e imperialista a qual implica o sionismo. Essa ideologia representa a busca de um povo historicamente oprimido por reconhecimento como nação, cultura e entidade coletiva. No entanto, essa busca se dá às custas do povo palestino, que é frequentemente retratado de forma racista, refletindo visões colonialistas da época (Losurdo, 2010).

Quando lemos em Nordau que o sionismo pretende transformar “uma terra que hoje é um deserto” em “um jardim florescente”, não podemos deixar de pensar em autores como Locke e Tocqueville que comparam exatamente a um deserto ou a um “berço vazio” a terra habitada pelos índios (Losurdo, 2010, p. 167-168).

Lazare, uma figura judaica, pretendia emancipar os judeus não através de concessões coloniais das grandes potências, mas através de um projeto revolucionário anticolonialista e anti-imperialista, inserindo a luta dos judeus contra o antissemitismo com a luta de outros povos oprimidos contra o racismo colonial (Losurdo, 2010). Existiam, portanto, outras alternativas diferentes do caminho pavimentado por Herzl e que se tornou hegemônico. Pode-se afirmar que essa hegemonia foi alcançada justamente pela sua semelhança com os ideais ocidentais de superioridade racial e imperialista, não por ser a única alternativa de emancipação judaica.

É fundamental destacar que a luta contra o sionismo hoje e, especialmente, a luta dos palestinos e árabes não tem a identidade étnica dos colonos como um “alvo”, a luta é contra o

processo de colonização enquanto tal (Losurdo, 2010). Portanto, o antissionismo não pode se confundir com o antissemitismo. O colonialismo tradicional se referia às suas vítimas como bárbaros e, para o sionismo, os bárbaros se tornaram também antissemitas (Losurdo, 2010). Os sionistas não deveriam instrumentalizar a resistência contra a ocupação como mais uma manifestação antissemita no mundo, mas o fazem. Utilizando do modo de operação da ideologia de reificação por eternalização, os sionistas transformam o antissemitismo em uma permanente espreita podendo ser utilizado como justificativa a qualquer momento. Sobre isso, Losurdo faz um questionamento: o perigo principal é hoje constituído pelo antissemitismo antijudeu ou, antes, pelo racismo antiárabe? (p. 174). Na Palestina, Israel já ampliou em mais de 50% as fronteiras determinadas pela resolução da AGNU, portanto, é impraticável pensar que o processo de colonização e expropriação em curso não corresponda a uma ideologia que a legitime (Losurdo, 2010). Diante disso:

Se a recusa a reconhecer a um povo o direito de constituir-se como Estado independente é sinônimo de racismo, isso deve valer para todos. A situação nesse campo esclarece de modo inequívoco qual é o povo que há décadas vê seus direitos nacionais permanecerem desconhecidos (Losurdo, 2010, p. 179).

O racismo antiárabe é sistêmico da ideologia, é construção discursiva e está presente até hoje em diversos setores israelenses que insistem na diferença qualitativa entre judeus e não judeus, desumanizando, em particular, o povo palestino. O sionismo construiu a imagem que torna seu direito de existir mais legítimo que o dos outros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideologia sionista é um dos princípios basilares da construção do Estado de Israel. Sua popularização bem como seu estabelecimento se deu mediante a assimilação com princípios ocidentais de colonização e subjugação do outro. Através de estratégias discursivas, os sionistas conseguiram fundamentar e legitimar as ações que constituíram o estabelecimento do Estado de Israel e as suas políticas desde então.

A Teoria Social do Discurso evidenciou que é possível produzir sujeitos e disseminar ideias através da prática discursiva, de modo que essas ideias sejam instrumentalizadas politicamente. Desse modo, o discurso se provou uma prática social, o que significa que os elementos semióticos da linguagem devem ser vistos como produtos da sociedade. Para Fairclough, as ideologias são criações intencionais da realidade por meio das práticas discursivas e, uma vez que se tornam senso comum, tornam-se muito eficazes na disseminação de verdades selecionadas. Diante disso, o estudo da construção do sionismo rumo à hegemonia através do discurso se mostrou o caminho ideal para compreender como o processo do estabelecimento de Israel se deu. Sob esse aspecto, percebeu-se que, ao articular a narrativa de retorno à terra ancestral, de unidade coletiva através de uma identidade judaica ocidental e afligida pelo antisemitismo e de necessidade de um Estado nacional, o sionismo conseguiu mobilizar o apoio internacional para legitimar a colonização da Palestina. Entretanto, essa narrativa se estabeleceu essencialmente a partir da marginalização e do racismo contra a população local. Não obstante, essa atitude resultou num ciclo de tensões e conflitos que persistem há mais de oito décadas.

Desde o final do século XIX, o sionismo molda a narrativa nacional judaica, impulsionando a busca por um Estado autônomo e incentivando um intenso movimento migratório para a Palestina. Nesse prisma, o discurso sionista é marcado pelo uso de termos e palavras que visam legitimar a ideia de que a Palestina deve ser transformada na Eretz Israel, a exemplo de: questão nacional, opressão, perseguição, grupo histórico, miséria judaica, exilados, restabelecimento na terra natal, direito soberano, local de nascimento do povo judeu e renascimento nacional. Além disso, utilizam-se constantemente termos que visam tanto distanciar o palestino da sua terra como subjuga-lo, como população árabe, inimigo próximo e desordem, a fim de legitimar a colonização e a marginalização desse povo. Essa narrativa é posta em contraposição com a representação judaica do ocidente como promotores do progresso e da ordem devido a sua superioridade branca. A colonização também é mascarada pelo uso de palavras como assentamentos, imigração e transferência da população local.

Assim, é conclusivo que existe um emprego político dos léxicos e vocábulos, de modo a criar verdades selecionadas, as quais estão ancoradas na essência do sionismo — a criação de um lar judeu — que possui aportes coloniais racistas que são assimilados e validados pelo Ocidente.

O sionismo é um regime de apartheid, sempre foi pensado e idealizado dessa maneira, pois os árabes palestinos nunca estiveram inclusos no projeto de formação desse Estado, ainda que representassem mais de 300 mil habitantes. Através dos modos de operação da ideologia sionista (trabalhados no subtópico 4.3) é possível notar que o discurso sionista se constituiu mediante um grande uso de estratégias que visaram recontar os fatos e estabelecer um imaginário coletivo que legitimasse sua política racista e imperialista. Enquanto o povo judeu está sempre sob uma estratégia de unificação, ou seja, representados sob a construção de símbolos de unidades e identificação coletiva; os palestinos são majoritariamente assimilados pela estratégia de fragmentação, a qual tem como objetivo a segmentação de indivíduos e grupos que possam representar ameaça ao grupo dominante através da ênfase em características que desunem e impedem a constituição de desafio efetivo (nesse caso o estabelecimento do Estado de Israel) e da construção simbólica do inimigo. Com isso, foi possível estabelecer a dicotomia entre civilizados e não civilizados, ocidente e oriente, progresso e atraso, brancos e negroides. No atual contexto, o sionismo na Palestina é uma continuação da política de limpeza étnica e de supremacia ocidental sobre os árabes.

Outrossim, o estabelecimento de Israel como o civilizador do Oriente também se constituiu através de estratégias discursivas da ideologia. As estratégias de dissimulação, reificação e legitimação foram fundamentais para isso. Através delas, o sionismo pode: (I) ocultar as relações de dominação (ao tentar transformar a colonização e expulsão dos palestinos em algo positivo para o povo e para a terra); (II) apresentar situações transitórias como fenômenos permanentes e naturais, concentrando em certos temas em detrimento de outros (a exemplo da Declaração do Estado de Israel que buscou posicionar esse acontecimento como algo legítimo, justo e moral devido ao holocausto, mas apagando da narrativa o fato de que um plano de expulsão e extermínio – Plano *Dalet* – estava sendo posto em prática na Palestina no mesmo momento); e (III) exigir legitimação inserindo histórias do passado no presente (como o uso constante da bíblia para invocar um direito natural ao território).

É inegável que o antissemitismo europeu foi inaceitável e se configurava como um grande limitador dos direitos dos judeus no continente. Desse modo, a retórica sionista é circunscrita na autodeterminação e na segurança em face da perseguição histórica. Isso

ganhou atenção no contexto do antissemitismo crescente na Europa e do holocausto provocado pela Alemanha nazista. Essa narrativa, combinada com o apoio de potências internacionais, como o Reino Unido e os Estados Unidos, culminou na criação do Estado de Israel em 1948. Contudo, desde a sua fundação, o Estado de Israel é governado por partidos sionistas, portanto, é quase impossível desvincular as estruturas estatais e as políticas de Estado da ideologia. Através de um revisionismo da história, é possível notar que medidas agressivas contra palestinos e árabes foram realizadas dentro de uma agenda oficial que visava à ocupação das terras pela população judaica e a expansão territorial. Portanto, em toda a história desse conflito, o discurso sionista e nacionalista foi mobilizado para justificar as ações e reações de Israel, que incluem a expansão das fronteiras definidas pela ONU em 1948, o controle das regiões da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, bem como a limitação dos direitos de mobilidade e de acesso a recursos básicos (água, energia e alimentos). Essas violências institucionalizadas para a dominação da região são legitimadas através da prática discursiva e da ação ideológica.

Como supracitado, a luta dos palestinos e árabes não se concentra mais na identidade étnica dos colonos, mas sim no próprio processo de colonização. É impossível dissociar o processo de expropriação e marginalização dos palestinos atualmente de uma ideologia que busca constantemente justificar e validar as suas práticas coloniais. O discurso sionista continua a ser um elemento central na identidade nacional israelense, enquanto a luta palestina defende a despossessão, a descolonização e a sua autodeterminação. Entretanto, a ideologia cria espaço para que a violência sionista seja lida como legítima e justa, enquanto a ação e reação dos Palestinos contra a ocupação seja lida como barbárie. Diante desse cenário, somam-se à descentralização política da Palestina, as ambições expansionistas do Estado de Israel e a prática social sionista, de modo a criar um contexto limitador da paz.

Discursos ideológicos criam uma necessidade de "salvação" frente a um inimigo [povos não civilizados], o qual, na ideologia sionista, é retratado pelo árabe palestino. Portanto, pode-se concluir que o conflito árabe-israelense possui uma raiz causal na construção de narrativas. Sob esse viés, a produção de consensos e verdades mediante o discurso permitiu a transformação do status *quo* e fundou, legitimou e reconheceu o Estado de Israel, apesar das suas contradições.

6. REFERÊNCIAS

- AL JAZEERA. **Palestine and Israel: A brief history with maps and charts**. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/11/27/palestine-and-israel-brief-history-maps-and-charts>. Acesso em 3 set. 2024.
- APTER, Lauren Elise. **Disorderly decolonization : the White paper of 1939 and the end of British rule in Palestine**. Disponível em: <https://repositories.lib.utexas.edu/items/8411da90-1489-43e1-85a5-3759ba2cfd2c>. Acesso em 3 set. 2024.
- AURORA ISRAEL. **Zeev Vladimir Jabotinsky (1880-1940): líder sionista**. Disponível em: <https://aurora-israel.co.il/pt/zeev-vladimir-jabotinsky-1880-1940-lider-sionista/>. Acesso em 3 set. 2024.
- BBC BRASIL. **Quem foi David Ben-Gurion, o líder que proclamou a existência do Estado de Israel em 1948 e o governou por mais de 13 anos**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd1p3nj7lzd0>. Acesso em 3 set. 2024.
- BBC BRASIL. **Sykest-Picot: o acordo secreto que está na raiz de conflitos no Oriente Médio**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36320891>. Acesso em 3 set. 2024.
- CLEMESHA, Arlene Elizabeth. **Palestina, 1948-2008: 60 anos de desenraizamento e desapropriação**. Tiraz, v. 5, p. 167-187, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5955.tiraz.2008.135362>. Acesso em: 3 set. 2024.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Critical Discourse Analysis**. The Critical Study of Language. Longman Publishing, New York, 1995. ISBN 0 582 219809.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. 1992. Ed. UnB, 2001. ISBN 85-230-0614-1.
- FCRJ. **Nossa história: Theodor Herzl**. Disponível em: <https://www.fcrj.org.br/nossa-historia-theodor-herzl/>. Acesso em 3 set. 2024.
- GOMES, Aureo de Toledo; REIS, Rossana Rocha; ESPÍNDOLA, Tainah. **Terrorismo e Estados Falidos: uma análise de discurso crítica**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 20, nº 2, agosto, 2014, p. 291-310
- GORNY, Yosef. **Zionism and The Arabs 1882-1948 - A Study of Ideology**. Oxford University Press, 1987. ISBN 0-19-822721-3 (U.S.)
- HERZL, Theodor. **A JEWISH STATE**. An attempt at modern solution of the jewish question. New York Federation of American Zionists, 1917.
- HERZL, Theodor. **Discurso de abertura do primeiro congresso sionista**. Disponível em: <https://livrariapublica.com.br/livros/discurso-de-abertura-do-primeiro-congresso-sionista-acompanha-autoemancipacao-de-leon-pinsker-theodor-herzl/>. Acesso em 3 set. 2024.
- HUBERMAN, Bruno. **Judaização da Palestina ocupada : colonização, desapropriação e deslocamento em Jerusalém Oriental, Cisjordânia e Faixa de Gaza entre 1967 e 2013**. São Paulo, 2014. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, 2014.

Israel Government Portal. **The Arab-Israeli Wars**. Disponível em: <https://www.gov.il/en/departments/general/the-arab-israeli-wars>. Acesso em 13 de abr. 2024.

Israel Government Portal. **History of Prime Ministers**. Disponível em: <https://www.gov.il/apps/pmo/history/historyPrimeMinistersEn.html>. Acesso em 13 de abr. 2024.

Israel Government Portal. **Declaration of the Establishment of the State of Israel**. Disponível em: <https://www.gov.il/en/departments/general/declaration-of-establishment-state-of-israel>. Acesso em 13 de abr. 2024.

JABOTINSKY, Ze'ev. **The Iron Wall**. Disponível em: <https://en.jabotinsky.org/media/9747/the-iron-wall.pdf>. Acesso em 03 de set. 2024.

LEITE, Lucas Amaral Batista; Magnotta, Fernanda Petená; ROCHA, Raquel Maria de Alemida. **A metodologia de análise do discurso aplicada às Relações Internacionais: um roteiro analítico**. VII Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Bogotá, 25 al 27 de septiembre de 2013.

LOSURDO, Domenico. **A linguagem do império**. Léxico da ideologia estadunidense. Boitempo Editorial, 2010. ISBN 978-85-7559-162-8.

MASALHA, Nur. **Expulsion of the Palestinians - The Concept of "Transfer" in Zionist Political Thought 1882-1948**. Institute for Palestine Studies, 1992. ISBN 0-88728-235-0.

MENORAH. **100 anos da morte de Max Nordau**. Disponível em: <https://menorah.com.br/100-anos-da-morte-de-max-nordau/>. Acesso em 3 set. 2024.

MORASHA. **Chaim Weizmann: eterno presidente**. Disponível em: <https://www.morasha.com.br/biografias/chaim-weizmann-eterno-presidente.html>. Acesso em: 3 set. 2024.

ONU. **Resolução A/RES/181(II)**. Disponível em: [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2FRES%2F181\(II\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2FRES%2F181(II)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False). Acesso em: 3 set. 2024.

PAPPE, Ilan. **A History of Modern Palestine - One Land, Two People**. The Press Syndicate of Cambridge University, 2006. ISBN 978-972-21-1877-4.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Editora Contexto, 2006. ISBN 85-7244-333-9.

REVISTA RELAÇÕES EXTERIORES. **Estado Buffer**. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/glossario/estado-buffer/#:~:text=Um%20Estado%20Buffer%20%C3%A9%20um,de%20conflito%20direto%20entre%20eles..> Acesso em 3 set. 2024.

SAID, Edward W. **The Question of Palestine**. 1992. Ed. Unesp, 2012. ISBN 978-85-393-0234-5.

SANTOS, Isabela Agostinelli dos. **Morte e vida palestina: a reorientação tática do colonialismo israelense na Faixa de Gaza**. 2023. UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2023. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/items/03b13ada-4b6a-4a12-bf3e-0bce7f1c9d35>. Acesso em 14 de abr. 2024.

TER-OGANOV, Nugzar K. **The Geopolitical Origins of the Crimean War (1853-1856) and the Secret Russian-Iranian Negotiations**. Disponível em: <https://shaj.sumdu.edu.ua/the-geopolitical-origins-of-the-crimean-war-1853-1856-and-the-secret-russian-iranian-negotiations/?lang=en>. Acesso em 20 de set. 2024.

TIKVAH ONLINE ACADEMY. **Weizmann's speech to the 20th Zionist Congress**. Disponível em: https://tikvahfund.org/wp-content/uploads/2021/06/Brody_48.pdf. Acesso em 03 de set. 2024.

TIKVAH ONLINE ACADEMY. **Address by Max Nordau at the First Zionist Congress**. Disponível em: <https://tikvahfund.org/wp-content/uploads/2020/12/nordau-speech.pdf>. Acesso em 03 de set. 2024.